

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

DÉBORA DE QUADROS RODRIGUES

**CHÃO DE FÁBRICA:  
UMA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO SOBRE O  
TRABALHO FEMININO E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E NO  
MUNDO (SÉC. XIX E XX)**

Porto Alegre  
2022

DÉBORA DE QUADROS RODRIGUES

**CHÃO DE FÁBRICA:  
UMA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO SOBRE O  
TRABALHO FEMININO E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E NO  
MUNDO (SÉC. XIX E XX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Caroline Silveira Bauer  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Caroline Pacievitch

Porto Alegre  
2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Rodrigues, Débora de Quadros  
CHÃO DE FÁBRICA: UMA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE  
MATERIAL PARADIDÁTICO SOBRE O TRABALHO FEMININO E A  
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E NO MUNDO (SÉC. XIX E  
XX) / Débora de Quadros Rodrigues. -- 2022.  
93 f.  
Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Coorientadora: Caroline Pacievitch.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino  
de História, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Ensino de História. 2. Produção e Difusão de  
Narrativas Históricas. 3. Material paradidático. 4.  
História do Trabalho no Brasil. 5. Gênero. I. Silveira  
Bauer, Caroline, orient. II. Pacievitch, Caroline,  
coorient. III. Título.

DÉBORA DE QUADROS RODRIGUES

**CHÃO DE FÁBRICA: UMA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE MATERIAL  
PARADIDÁTICO SOBRE O TRABALHO FEMININO E A REVOLUÇÃO  
INDUSTRIAL NO BRASIL E NO MUNDO (SÉC. XIX E XX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Porto Alegre, 6 de setembro de 2022

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Caroline Silveira Bauer  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Caroline Pacievitch  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiani Bereta da Silva  
Universidade do Estado de Santa Catarina(UDESC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Melina Kleinert Perussatto  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dedico essa dissertação à minha irmã Rochele e às minhas amigas Jaqueline e Bianca: três mulheres fortes e inspiradoras que me apoiaram e incentivaram inclusive nos meus mais difíceis momentos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à excelente iniciativa da UFRJ em organizar e ofertar este mestrado profissional em História, estendendo o projeto a outras universidades. Em especial agradeço à UFRGS por abraçar e colocar toda sua tradição e estrutura à disposição desse projeto, viabilizando aos professores da Educação Básica a oportunidade de pesquisar.

À minha orientadora Caroline Silveira Bauer e à coorientadora Caroline Pacievitch, por todo apoio, incentivo e profissionalismo com que sempre me trataram e suas importantes orientações que contribuíram no desenvolvimento desta pesquisa. Aos demais professores que integraram o corpo docente deste programa e seus ensinamentos, sobretudo às professoras Carmem Zeli de Vargas Gil, Mara Cristina de Matos Rodrigues e, cito novamente, à Caroline Pacievitch pelas excelentes aulas, bem como à Natalia Pietra Méndez, que por certo período me orientou e cujas orientações também se mostram presentes neste trabalho.

Agradeço aos colegas da turma, principalmente à Gabriela Batassini, Guilherme Sumariva e Rômulo Ohlweiler pela parceria durante as aulas, bem como pela generosidade de ambos não apenas nos trabalhos em grupo, sugestões de leituras, assim como pela companhia na volta para casa.

Estendo os meus agradecimentos ao curso de História da PUCRS, pela boa educação que recebi, que deu a base da minha formação acadêmica assim como aos ótimos professores e toda a sua estrutura com laboratórios de pesquisa, biblioteca e ambientes interativos, que me proporcionaram tão bons momentos onde o aprendizado estava além do ambiente da sala de aula, tendo possibilitado que eu conhecesse minhas grandes amigas Bianca Machado e Jaqueline Tatanashvili, pessoas tão importantes e necessárias na minha vida que mesmo morando longe são tão presentes na minha vida.

Agradeço o carinho e a amizade sincera dos meus amigos Renata Floriano, Helder Felipe, Natália Camargo, Rafael Portal, Leandro Santos. À minha irmã Rochele Quadros pelo amor e cuidado de sempre, e por me motivar a estudar desde a nossa infância.

E, por fim, agradeço às equipes diretivas das escolas que lecionei durante a realização deste mestrado por organizar meus horários de aula de modo que eu pudesse ir de Novo Hamburgo para o Campus do Vale em Porto Alegre estudar.

“Seja por erro ou ignorância, estamos dispostos a crer que tudo o que nos rodeia deve permanecer imutável, enquanto tudo o mais muda. Sempre foi assim e sempre será. Esta afirmação é um erro profundo”.

Alexandra Kollontai

## RESUMO

Esta dissertação trata da importância, características e usos de materiais paradidáticos, assim como a relação entre a história do trabalho a partir da Revolução Industrial, e como o processo de industrialização evidenciou ainda mais a desigualdade de Gênero a partir da inserção das mulheres no trabalho nas fábricas, fato ocorrido não apenas no contexto da industrialização europeia, mas também na brasileira, com marcantes exemplos na História da cidade de Novo Hamburgo. O descontentamento diante de tal desigualdade culminou em protestos que deram origem ao Dia Internacional das Mulheres, que foi um movimento que buscou direitos civis, políticos e trabalhistas e a data ficou como um marco de memória para comemorar os direitos conquistados e buscar outros tantos em busca da Igualdade de Gênero. Como resultado deste trabalho foi produzido um material paradidático sobre o papel das mulheres na Revolução Industrial que visa ser utilizado por alunos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

*Palavras-chave:* Ensino de História; Gênero; Produção e Difusão de Narrativas Históricas; Material paradidático; História do Trabalho no Brasil.

## **ABSTRACT**

This dissertation examines the relevance, characteristics, and uses of paradidactic classroom handouts, including the relation between the history of labor from the Industrial Revolution forward, and how the industrialization process further emphasized gender inequalities starting from the insertion of women into the workforce in factories, a fact that occurred not only in the context of European industrialization, but as well as in Brazil, with remarkable examples in the history of the city of Novo Hamburgo. The dissatisfaction in the face of such inequalities culminated in protests that gave origin to International Women's Day, which was a movement that sought civil, political, and labor rights. The date persisted as a memorial to celebrate the rights conquered moreover to seek many others in pursuit of Gender Equality. As a result of this dissertation, a paradidactic classroom handout was produced about the role of women in the Industrial Revolution that aims to be utilized by students in the 8th and 9th grades of Elementary School.

*Keywords:* Teaching History, Gender, Production and Dissemination of Historical Narratives; Paradidactic Material; History of Labor in Brazil.

## **LISTA DE SIGLAS**

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LD – Livro Didático

LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>O QUE É PARADIDÁTICO E COMO ELE PODE SER UTILIZADO NAS AULAS DE HISTÓRIA .....</b>	<b>20</b>
1.1 Considerações sobre os materiais paradidáticos.....	20
1.2 O que é um livro paradidático e quais são as suas principais características? .....	24
1.3 Como um livro paradidático pode contribuir para o Ensino e a Aprendizagem da História? .....	27
1.4 O que um livro paradidático sobre temas da História das Mulheres pode contribuir para uma educação para a Igualdade de Gênero .....	30
<b>REFLEXÕES ACERCA DO MATERIAL PARADIDÁTICO A PARTIR DO TRABALHO OPERÁRIO NO BRASIL .....</b>	<b>33</b>
2.1 História do Trabalho no Brasil.....	34
2.2 Industrialização e Operariado no Brasil .....	41
2.3 Trabalhadores da indústria em Novo Hamburgo .....	45
<b>REFLEXÕES ACERCA DO MATERIAL PARADIDÁTICO A PARTIR DO DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES, E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DO TRABALHO .....</b>	<b>55</b>
3.1 O histórico do Dia Internacional das mulheres .....	56
3.2 O Dia Internacional das Mulheres no pós-guerra aos dias atuais.....	62
3.3 A capitalização e subversão do Dia Internacional das Mulheres .....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE - Material Paradidático .....</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

A ideia de pesquisar sobre questões sobre o trabalho feminino é anterior ao meu ingresso no mestrado profissional em Ensino de História. Enquanto me preparava para a seleção de mestrado acadêmico, seleção que não concorri ao escolher o ProfHistória, já lia a respeito do trabalho feminino nas indústrias coloniais riograndenses. Tendo adentrado no atual programa de mestrado, o foco da pesquisa teve que ser alterado algumas vezes, devido à pandemia e a impossibilidade de realizar o que se pretendia até então.

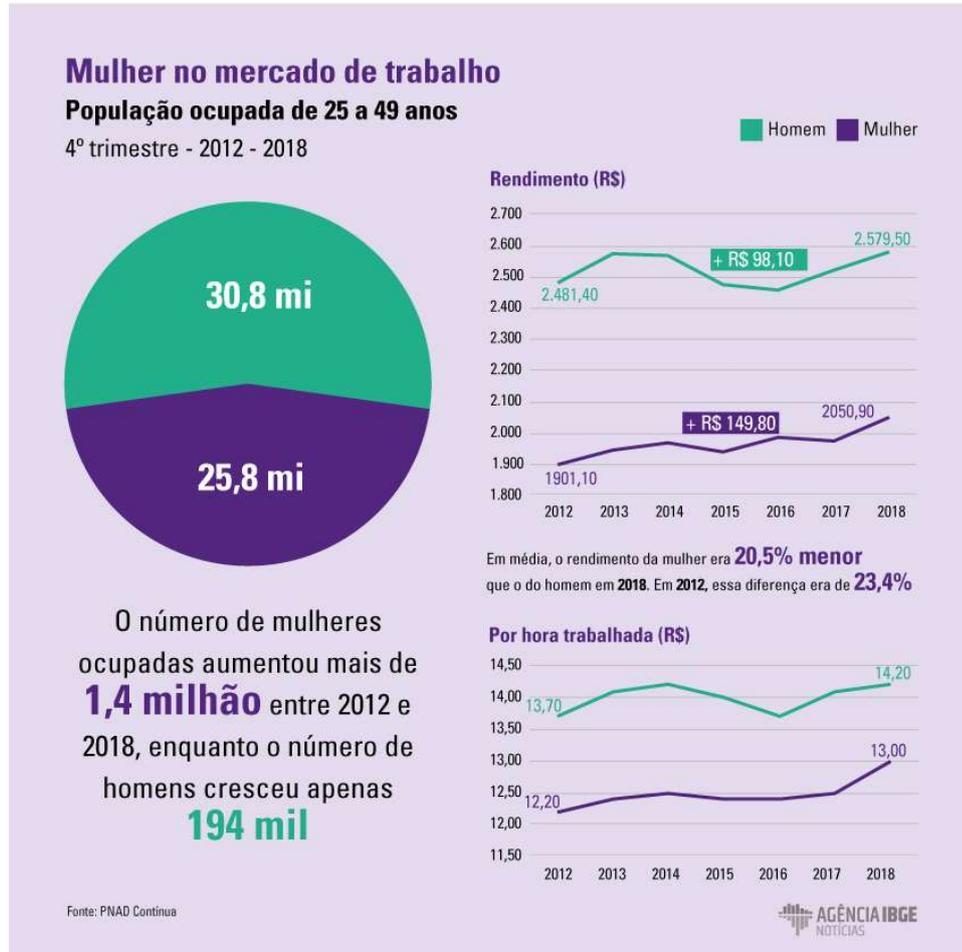
No entanto, a vontade de pesquisar sobre o trabalho feminino persistiu e, por fim, optei por escolher a temática do trabalho operariado feminino e a produção de um material didático que desse suporte aos alunos ao aprenderem sobre a história das mulheres na revolução industrial. Para a escolha do tema atual, levei em consideração minhas inquietações ao ver como o Dia Internacional das Mulheres é geralmente retratado não apenas na mídia, mas também pelos professores nas escolas em que estudei e trabalhei, onde os primeiros objetivos com a data foram substituídos no imaginário popular para incentivar o consumismo e promover estereótipos de feminilidade nos atos simbólicos de distribuir ou presentear mulheres com flores, perfumes ou outros ornamentos socialmente aceitos e impostos para o papel de gênero.

A reflexão sobre a relação histórica da mulher no mundo do trabalho, pretende ajudar os estudantes na compreensão de conceitos de igualdade de gênero, ao mesmo tempo que aborda situações comuns à realidade social dos mesmos, tais como o trabalho infantil e baixos salários, já que muitos estudantes trabalham para a indústria em suas casas por valores irrisórios a fim de ajudar no sustento da família por exemplo.

A relevância de pesquisar sobre mulheres e o trabalho também se justifica no fato de que ainda hoje as mulheres passam por mais dificuldades que os homens, visto que muitas vezes encaram jornadas duplas ou triplas de trabalho, visto que além de trabalharem nas fábricas comumente assumem toda a responsabilidade com o lar. Tem direitos que deveriam ser fundamentais negados, a exemplo de terem o livre acesso ao banheiro impedido, como ocorrido em 24 de junho de 2021 com uma operária da fábrica calçadista Zenglein e Cia LTDA, que, ao ser impedida de ir ao banheiro, urinou-se nas calças ou tendem a receber remuneração inferior quando

comparado a homens ocupando o mesmo posto de trabalho, como pode ser visto na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) retratado no gráfico abaixo:

Figura 1: Gráfico sobre a diferença salarial entre trabalhadores homens e mulheres.



Fonte: IBGE. Censo 2021.

De acordo com Leila Duarte, com o fim do trabalho escravo no Brasil, a situação das pessoas negras pouco se modificou, mas em muitos aspectos o modo como eram vistos e tratados pouco modificou-se, pois passaram apenas a dispor do “direito de escolher entre este ou aquele senhor” (DUARTE, 2002, p.71).

Sendo assim, pode-se aferir que ainda hoje os trabalhadores, apresentam nítida herança do período escravista do Brasil, visto que em meio à atual pandemia do novo Coronavírus<sup>1</sup>, os empresários e governantes preocupam-se com a economia e perda de lucros com o comércio fechado e pouco se importam com a saúde da população, que até a presente data já perdeu milhares de vidas para esta

<sup>1</sup> Vírus SARS Cov-2, causador da COVID-19.

doença apenas no Brasil, fora o gigante salto no número de desempregados e pessoas dispensadas sem quaisquer direitos trabalhistas pagos pelos patrões. São inúmeros os casos de trabalhadores de serviços que não são considerados como essenciais que estão sendo forçados a trabalhar sob a ameaça de perderem seus empregos.

O uso de materiais paradidáticos se iniciou a partir dos anos 1970, mas a partir dos anos 1990 tornaram-se ainda mais presentes nas escolas ao serem impulsionados pelos novos métodos e modos de ensinar. Aulas temáticas ganharam força impulsionados pela nova demanda de temas como a História das Mulheres, História do Racismo, História dos Povos Indígenas, do Voto, Futebol, da Criança, entre outros, passaram a ser mais comuns e ganharam voz até mesmo nos livros didáticos de História, que a partir de 1997 passaram a ser avaliados no PNLD.<sup>2</sup> Ainda hoje avalia-se se obra está livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, de deficiência, religioso, assim como qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos.

Tendo isso em vista, esta dissertação visa debater sobre o Ensino da História das mulheres trabalhadoras a partir da produção de um material paradidático, na elaboração do material paradidático e na dissertação, foram utilizados como base teórica obras como: "A História das Mulheres no Ocidente" (1991), organizado por Georges Duby e Michelle Perrot, volumes IV e V. Esta é uma coleção bastante abrangente que mostra como a vida das mulheres mudou significativamente a partir da Idade Contemporânea, mudando as relações de trabalho trazendo maior igualdade sexual e de direitos devido às pressões feministas e aos progressos científicos provenientes das mudanças sociais ocorridas.

"Nova História das Mulheres no Brasil" (2018), organizado por Carla Pinsky e Joana Pedro, situa a História das mulheres no Brasil, com as mudanças ocorridas no campo jurídico, sexual e trabalho de forma atualizada. O livro fala das diferenças sociais e padrões morais que vêm se modificando, não excluindo os preconceitos raciais e suas representações. "Minha História das Mulheres" (2006), escrito por Michelle Perrot, trata-se de leitura rápida e acessível um conciso manual sobre a história das mulheres; "História das mulheres no Brasil" (1997), de Mary Del Priore,

---

<sup>2</sup> Marcos legais - obrigatórios nas avaliações dos livros didáticos PNLD 10639/2003; ECA - Lei nº 8.069/1990; Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

“As Origens E A Comemoração Do Dia Internacional Das Mulheres” (2010), de Ana Isabel Álvarez González; *Mulheres, Raça e Classe* (2016), de Angela Davis; “Profissões para mulheres e outros artigos feministas” (2012), de Virgínia Woolf; “A opressão das mulheres: no passado e presente - para acabar no futuro - uma perspectiva marxista” (2017), de Christophe Darmangeat; “A emancipação feminina na Rússia Soviética: artigos, atas, panfletos e ensaios” (2017), organizado por Graziela Schneider. Estas e outras produções historiográficas foram muito úteis na produção da dissertação e elaboração do material didático, visto que se apresentam como referências para conhecer principais mudanças ocorridas na sociedade ocidental a partir da Revolução Industrial, assim como se deu a criação da celebração do Oito de Março.

Figura 2: Lugares do Feminismo Pan-Americano e Organizações Internacionais.



Fonte: Mapa contido no livreto de Paulina Luisi "Planisfério indicando a posição atual dos direitos políticos das mulheres no mundo", publicado em 1929. Domínio público<sup>3</sup>

Outros textos significativos para este trabalho estão a tese de doutorado de Micaele Irene Scheer (2020) intitulada “Experiências De Trabalhadoras E Trabalhadores Do Calçado Durante A Ditadura: Resistências Cotidianas, Lutas Por Direitos E Protestos Públicos Em Novo Hamburgo/RS (1968-1979)” que fala sobre trabalhadores da indústria calçadista em Novo Hamburgo, cidade em que leciono,

<sup>3</sup> Places of Pan-American Feminism and International Organizations, disponível em: <https://www.nps.gov/articles/000/places-of-pan-american-feminism-and-international-organizations.htm> consultado em 20/12/2021

cuja história está intrinsecamente ligada à indústria. Já Paulo César Gonçalves em “Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista” (2017), fala da passagem do trabalho escravo para o livre no Brasil.

Com o advento da Revolução Industrial no século XIX, as mulheres passaram a trabalhar nas fábricas, visto que o rendimento das famílias, proveniente unicamente do trabalho masculino, não era suficiente. O trabalho nas fábricas era exaustivo, com jornadas de trabalho que chegavam até 16 horas por dia e num ambiente insalubre, que deixava os trabalhadores sujeitos a acidentes e doenças. No entanto, a situação para as mulheres era ainda mais precária, pois continuaram responsáveis pelo trabalho doméstico e criação dos filhos (estes que passaram muitas vezes a trabalhar lado a lado com os adultos para ajudar na renda familiar, bem como por não haverem creches), mas também, juntamente com as crianças, recebiam bem menos que os homens, não possuíam direito à licença maternidade, além de estarem sujeitas a assédios.

Nesse contexto de intensa exploração da sua força de trabalho, as mulheres passaram a se organizar a fim de reivindicar melhorias na condição do trabalho. Contudo, segundo Joan Scott, “mesmo em empregos fabris, as leis tiveram o efeito de intensificar a segregação entre os trabalhadores femininos e os masculinos” (SCOTT, 1991, p. 470) assim sendo, num primeiro momento as leis conquistadas a fim de diminuir a desigualdade entre homens e mulheres, passaram a reforçar os papéis de gênero, justificando as péssimas remunerações ofertadas às mulheres, como também é observado pelas historiadoras Maria Izilda Matos e Andrea Borelli:

Em grande parte como resposta às pressões do operariado, surgiu uma legislação trabalhista. Entre 1917 e 1919, vinculadas a preocupações de ordem moral, apareceram as primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino, proibindo a jornada noturna das mulheres e a atividade durante o último mês de gravidez e o primeiro do puerpério. Contudo, essas medidas geraram ambiguidades e contradições; ao proteger as mulheres por considerá-las frágeis e vulneráveis, acabaram provocando demissões e dificultando a inserção feminina no mercado de trabalho, pois as mulheres passaram a ser vistas pelos empregadores também como mais onerosas. (MATOS; BORELLI, 2018. p.129)

Tratando-se do trabalho fabril das mulheres no Brasil, Matos e Borelli afirmam que com o fim da escravidão no final do século XIX, ocorreram significativas transformações econômicas e sociais que incluíam as mulheres no trabalho tanto no

campo quanto na cidade. Matos e Borelli (2018, p.128) afirmam que mulheres e meninas eram 70% da mão de obra fabril, mas que seus salários correspondiam a 65% do que se pagava aos homens. E que mesmo que ativamente atuantes nas lutas operárias, eram tidas pela imprensa como “frágeis e indefesas”, “passivas” e “carentes de consciência política”.

A escritora inglesa Virginia Woolf aponta sobre o surgimento de novas ideias e o começo das organizações de mulheres na Inglaterra no século XIX, e que, inicialmente reivindicavam melhores condições de trabalho, e com o tempo passaram a lutar por direitos civis, como divórcio, voto, entre outros.

A geração mais nova teve a ousadia de dizer que a rainha Vitória não era melhor do que uma faxineira honesta que criou os filhos com dignidade. Tiveram a temeridade de duvidar se coser pontos retos nas abas dos chapéus masculinos seria o único fim e objetivo da vida de uma mulher. Começaram a debater e até criaram grupos de discussão rudimentares na fábrica. Com o tempo, mesmo as velhas debruadoras tiveram suas crenças abaladas e começaram a pensar que poderiam existir outros ideais no mundo além de pontos retos e da rainha Vitória. [...] E, conforme aumentava o número de filiadas, [...] da mesma forma suas ideias aumentavam e seus interesses se ampliavam. (WOOLF, 2012, p.49-50)

Woolf não deixa de ressaltar as dificuldades vividas pelas mulheres na luta por direitos

(...) e a força que estava por trás de seus discursos e as impelia para além da mera eloquência era densa, formada de muitas coisas – de homens com chicotes, de enfermarias onde se faziam caixas de fósforos, de fome e frio, de muitos partos difíceis, de muita escovação e lavagem, de ler Shelley, William Morris e Samuel Butler na mesa da cozinha. (WOOLF, 2012, p.50)

Oficializada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, o dia oito de março como o Dia Internacional das Mulheres tem sua origem controversa. Segundo Ana Isabel Álvarez González, algumas coincidências levaram à construção do mito de que o Dia Internacional das Mulheres teria partido, ora de um incêndio, ora de grandes manifestações ocorridas supostamente na data de 8 de março de 1908, como o fato de ambos eventos terem ocorrido em Nova York, sendo protagonizados por mulheres da classe operária e que, nas palavras de González “houve, sobretudo, um sentimento extraordinário de solidariedade entre as mulheres desenvolvido de tal forma que ultrapassou as diferenças de classe, religião e etnia.” (GONZÁLEZ, 2010, p.47). De acordo com Ana Isabel Álvarez González, o

surgimento do Dia Internacional das Mulheres tem como base ideológica as teorias socialistas do século XIX, sobretudo os escritos de Marx e Engels.

Sendo assim, a origem do Dia Internacional das Mulheres é intrínseca às ideias socialistas, e foram tais ideias que inflamaram ainda mais as mulheres a reivindicar por direitos, e hoje tal data simboliza não apenas a luta histórica das mulheres por direitos civis e trabalhistas, mas também a necessidade de seguir lutando pela diminuição da desigualdade entre homens e mulheres.

Enquanto a filósofa estadunidense Angela Davis (2016) crê que as categorias de gênero, classe e raça são igualmente importantes e mutuamente se influenciam na opressão, e que isolar qualquer um desses fatores torna a análise incompleta. Para Davis, é necessário combater esses três fatores igualmente a fim de termos uma sociedade mais igualitária, e que as mulheres negras são oprimidas duplamente e às vezes triplamente<sup>4</sup>. Angela afirma que o movimento socialista fortaleceu o sufrágio feminino, mas que este, infelizmente, foi excludente com as mulheres negras. Ainda assim, as negras nunca deixaram de apoiar o movimento sufragista.

A desigualdade racial é um fator importante a se considerar quando se estuda a desigualdade de gênero, visto que a opressão vivida pelas mulheres negras também parte de outras mulheres, sendo imprescindível a sua abordagem no livro paradigmático.

Sobre os paradigmáticos, destaco o seu potencial como recurso pedagógico, pois quando apresentados com linguagem e estética atraente ao público para quais são destinados, propiciam ao aluno uma maior compreensão do tema. Entre alguns dos teóricos sobre livro paradigmático utilizados destaco Ebenezer Takuno de Menezes e Gabriela Santetti Celestino. Segundo estes autores, a determinação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ainda que tais materiais já fossem produzidos desde a década de 1970, ampliou a relevância do uso dos livros paradigmáticos em sala de aula, pois instituiu a necessidade da abordagem dos temas transversais.

Ebenezer Takuno Menezes destaca que o diferencial livro paradigmático está

---

<sup>4</sup>Tendo em consideração a opressão de gênero, onde as mulheres são consideradas inferiores aos homens; a opressão de raça, que considera as pessoas negras inferiores às pessoas brancas; e a opressão por classe social, que refere-se às limitações advindas do Sistema Capitalista que, apesar de prometer mobilidade social, dificulta que tal mobilidade ocorra, pois sustenta-se na opressão de uma classe dominante (burguesia) sobre uma classe dominada (proletariado).

na linguagem utilizada, que busca aproximar-se do público alvo, e de sua estética atraente, que o torna um recurso que permite aos alunos a compreensão através de uma linguagem adequada, de variados assuntos. E que livro paradidático serve para abordar com mais detalhes e profundidade, conteúdos que por alguma razão, acabam por ser tratados de forma um tanto superficial no livro didático.

Assim, meu trabalho visou construir um material paradidático voltado aos estudantes e que possibilite ao professor abordar com seus alunos temas como a História das Mulheres durante a Revolução Industrial, refletindo sobre questões pertinentes às Mulheres e a Revolução Industrial e a relação com o a origem do Dia Internacional das Mulheres, visto que tal data originou-se a partir da insatisfação das trabalhadoras com a situação de exploração vividas por elas a partir da Revolução Industrial, tendo criado o Dia Internacional das Mulheres como marco de memória para a luta por igualdade de direitos políticos, civis e trabalhistas.

A presente dissertação consta três capítulos, cujos nomes são “O que é Paradidático e como ele pode ser utilizado nas aulas de História”, “Reflexões acerca do material paradidático a partir do trabalho operário no Brasil” e “Reflexões acerca do material paradidático a partir do Dia Internacional Das Mulheres, e sua relação com a História Do Trabalho”, além de introdução e conclusão.

No primeiro capítulo, nomeado “O que é Paradidático e como ele pode ser utilizado nas aulas de História”, é abordado o conceito de “paradidático” a fim de explicitar do que ele se trata e sua relevância no Ensino de História, bem como o processo de desenvolvimento de um material didático, visto que o objetivo geral da pesquisa é produzir um material didático voltado aos alunos. Este capítulo fala sobre o contexto que propiciou a inserção dos livros paradidáticos como recurso pedagógico nas salas de aula, discorre sobre o que se trata um livro paradidático, além de caracterizá-lo e destacar o seu potencial no Ensino de História.

O segundo capítulo, “Reflexões acerca do material paradidático a partir do trabalho operário no Brasil”, apresenta como ocorreram as mudanças no mundo do trabalho no Brasil, sobretudo no contexto fabril, com foco na trajetória feminina, considerando que o processo de industrialização no Brasil se deu de maneira diversa do contexto europeu devido a questões que são o processo de escravidão e imigração, que modificaram a percepção sobre o trabalho. Para isso, o trabalho no Brasil será abordado ao longo da História do Brasil, considerando o trabalho dos

indígenas antes e após o processo de colonização, bem como no período da escravidão, para então ser explicado sob quais contextos iniciou-se a industrialização no Brasil e a participação e importância das mulheres na industrialização brasileira. Sendo também abordado o contexto industrial da cidade de Novo Hamburgo, cuja história está é conectada ao trabalho industrial, sobretudo no setor calçadista, bem como nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras novo-hamburguense por condições dignas de trabalho e pesquisar sobre o operariado desta cidade possui grande relevância não apenas no resgate da História local, mas por ser uma cidade historicamente fabril e que, devido a esta atividade econômica, já foi uma das mais prósperas cidades do país.

Novo Hamburgo é a cidade em que leciono, e tendo trabalhado em seis diferentes escolas deste município, e tive contato com diversos relatos sobre a vida dos meus estudantes e suas famílias e percebi a forte influência do trabalho industrial na vida dos meus alunos. Tal realidade escolar motivou minha escolha em trabalhar com o tema que abordado no livro paradidático desenvolvido, pois Novo Hamburgo não é somente a cidade em que leciono, mas a cidade em que meus alunos se inserem, e por isso creio ser importante que eles reflitam sobre essa dimensão em seu aprendizado histórico.

O terceiro capítulo, “Reflexões acerca do material paradidático a partir do Dia Internacional Das Mulheres, e sua relação com a História Do Trabalho” aborda o histórico das origens relacionadas ao mundo do trabalho do Dia Internacional das Mulheres, apresentando onde, quando e como surgiu tal celebração, a confluência das comemorações do Dia Internacional das Mulheres com a greve das operárias têxteis e a revolta das mulheres com a escassez de alimentos, sendo o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia, e como a data ficou conhecida no Ocidente durante o período da Guerra Fria, e como foram vistas pelas duas grandes potências geopolíticas da época, assim como também aborda como ocorreu a ressignificação da data em prol de sua comercialização.

Durante o segundo e terceiro capítulo foram feitos apontamentos sobre a produção do material paradidático elaborado em conexão com o assunto destes capítulos, visto que estes são assuntos complementares ao assunto abordado no material paradidático.

Figura 3: Selo comemorativo da União Soviética, 1949.



Fonte: “Dia Internacional das Mulheres, 8 de março. Liderança política” via Wikimedia Commons.

Inicialmente o paradidático foi pensado de modo a contemplar outros capítulos que abordassem a industrialização e operariado no Brasil, citando a caso da cidade de Novo Hamburgo por esta ser historicamente uma cidade industrial, bem como outro a parte sobre a relação do Dia Internacional das Mulheres com as lutas operárias por direitos. Situações diversas e a necessidade de cumprir os prazos impossibilitaram que tais capítulos fossem produzidos, porém se optou por manter os textos sobre eles neste trabalho. Os capítulos do paradidático seriam: As Mulheres e a Revolução Industrial; História do Trabalho no Brasil; Industrialização e Operariado no Brasil; Trabalhadores da Indústria em Novo Hamburgo; As Origens Operárias do Dia Internacional das Mulheres, e permanecem no informativo do sumário.

## **1 - O QUE É PARADIDÁTICO E COMO ELE PODE SER UTILIZADO NAS AULAS DE HISTÓRIA**

Neste capítulo, será abordado o conceito de “paradidático” a fim de explicitar do que ele se trata e sua relevância no Ensino de História, visto que o objetivo geral da pesquisa é produzir um livro paradidático voltado aos alunos. O capítulo está dividido em 5 partes: No subcapítulo “Considerações sobre os materiais paradidáticos” fala sobre o contexto que propiciou a inserção dos livros paradidáticos como recurso pedagógico nas salas de aula. No subcapítulo “O que é um Livro Paradidático e quais são as suas principais características?”, como seu título já anuncia, disserta-se sobre o que se trata um livro paradidático, além de discorrer sobre suas características fundamentais, como seu visual e linguagem atrativos. Já no subcapítulo “Como um livro paradidático pode contribuir para o Ensino e a aprendizagem da História?” salienta o potencial pedagógico do paradidático, tendo em vista que diferentemente de um livro didático tradicional, o livro paradidático visa aprofundar um assunto específico, além de trazer ao professor novas metodologias de ensino e aprendizagem sobre temas pouco ou não explorados pelos livros didáticos. Já o subcapítulo “Um livro paradidático sobre temas da História das Mulheres pode contribuir para uma educação para a igualdade de gênero?” fala acerca do potencial do livro paradidático sobre a História das Mulheres para uma educação de gênero tendo em vista que este tipo de material pedagógico viabiliza a compreensão do aluno relativa aos conceitos igualdade de gênero através da história das mulheres, bem como pode oferecer ao estudante, a possibilidade de interagir reflexiva e criticamente com o seu meio social, desenvolvendo e vivenciando uma percepção de mundo pautada pelo respeito e tolerância. No subcapítulo referente às “Considerações Finais” destaca a relevância do material paradidático para o Ensino de História.

### **1.1 Considerações sobre os materiais paradidáticos**

Entre o final dos anos 1990 e início dos 2000 novas possibilidades pedagógicas no ensino de história tornaram-se mais comuns, deste modo,

passou-se a trabalhar com diferentes recursos em sala de aula. De acordo com Menezes, nesta época:

(...) a importância dos livros paradidáticos nas escolas aumentou [...] a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e orientou para a abordagem de temas transversais relacionados ao desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, abriu-se espaço para o aumento da produção de obras para serem utilizadas em sala de aula, abordando temas como Ética, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Saúde e Sexualidade. (MENEZES, 2001)<sup>5</sup>

Tendo isso em vista, o tema abordado no material paradidático produzido está em conformidade com a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), uma vez que se trata de um tema transversal de acordo com os princípios éticos que orientam a Educação Escolar, tais como a Dignidade da Pessoa Humana; Igualdade de Direitos; Participação e Corresponsabilidade Social. Posto isso, trabalhar com a História das Mulheres é abordar temas transversais que atravessam tantos outros conteúdos e diferentes disciplinas escolares. Os temas transversais em acordo com a temática escolhida são a Ética e a Orientação Sexual. O primeiro porque, de acordo com o texto base dos PCNs, “o tema Ética traz a proposta de que a escola realize um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral, condição para a reflexão ética”; e o segundo por ser um dos seus eixos temáticos as Relações de Gênero, que de acordo com o texto dos PCNs, “A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis.”, o texto salienta ainda que “A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados”

Professores, como os autores presentes na coletânea “O saber histórico na sala de aula” (BITTENCOURT et. al, 2004), pautaram a necessidade de interlocução com tecnologias da época. Assim, análises sobre o uso do cinema, música, imagens, jornais, revistas, rádio, museus nas aulas de História ganharam maior visibilidade. Este novo olhar para o modo de ensinar propiciou a adoção de novos recursos e métodos na Educação, tais como o livro paradidático – tipo de material

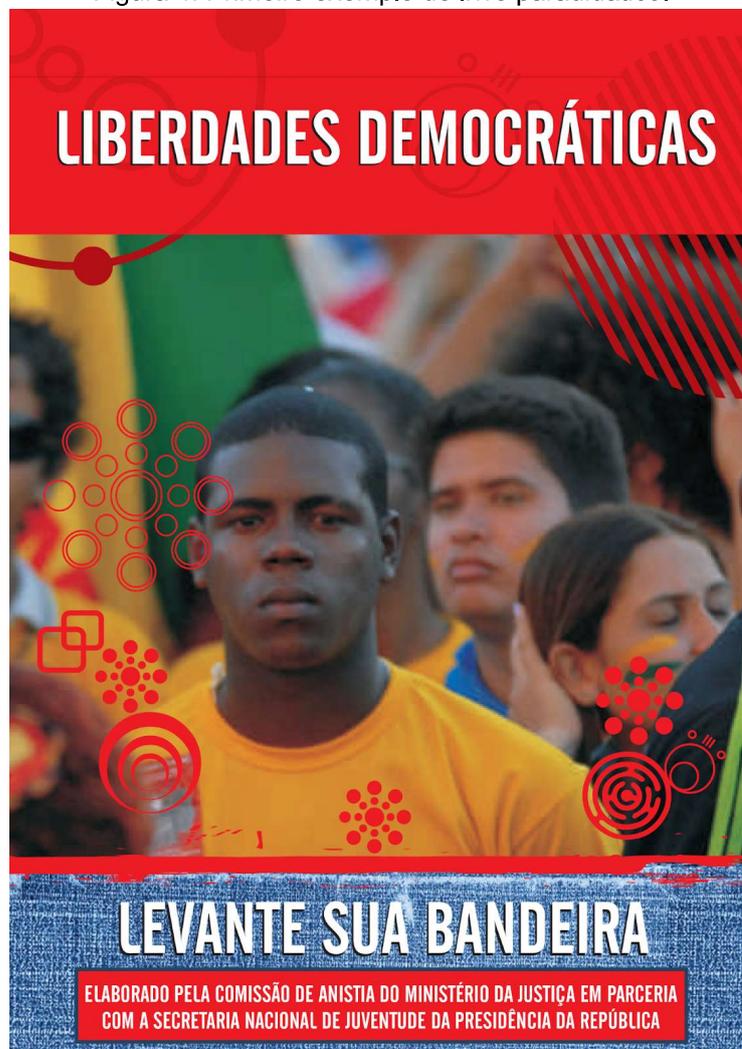
---

<sup>5</sup> MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes paradidáticos. Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/paradidaticos/>>. Acesso em 22 jun 2021.

didático surgido na década de 1970.

O formato das aulas também se alterou. Os professores de História passaram a buscar então novas metodologias e recursos para ensinar, muitas vezes fugindo do modelo eurocêntrico, linear e conteudista, que tem o aluno como agente passivo no seu aprendizado, sentado apenas ouvindo e “decorando” o conteúdo exposto pelo docente, sem estímulo à reflexão - método utilizado até então. Aulas temáticas ganharam força, e temas como a História das Mulheres, História do Racismo, História dos Povos Indígenas, do Voto, Futebol, da Criança, entre outros, passaram a ser mais comuns e ganharam voz até mesmo nos livros didáticos<sup>6</sup>.

Figura 4: Primeiro exemplo de livro paradidático.



Fonte: Liberdades democráticas: levante sua bandeira, Material elaborado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2008.

<sup>6</sup> Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.

Neste contexto, a abordagem de temas sensíveis em sala de aula ganhou notoriedade. O historiador Nilton Mullet Pereira (2017, p.5) aponta para “a urgência, ao tratar dos temas sensíveis e traumáticos, em sala de aula, visto que ao fazer seria “um resgate do caráter ético e estético do ensino em geral e do ensino de História, em particular.” Pereira pensa que a abordagem de temas sensíveis no Ensino de História trata-se de um “dever de memória”, como visto a seguir,

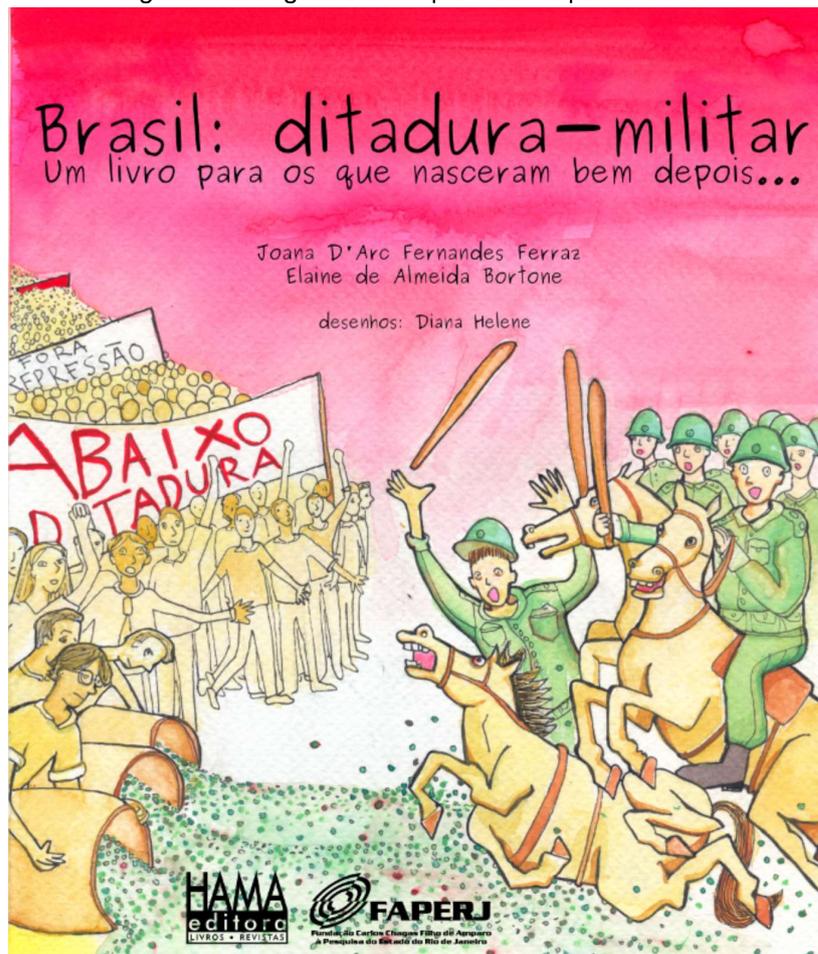
a noção de “dever de memória” se torna conceito teórico adequado para pensar, por exemplo, o passado traumático da escravidão no Brasil e as permanências sensíveis que fizeram ficar pouco visíveis a história dos negros, seus elementos afirmativos, suas práticas culturais, suas lutas e conquistas políticas e indenitárias, suas religiosidades. (PEREIRA, 2017, p.5)

Contudo, ainda que seja um excelente recurso a ser utilizado em sala de aula, os livros didáticos, são manuais que geralmente abrangem muitos conteúdos, e por isso muitas vezes não conseguem dar profundidade a determinados assuntos. E por este motivo outros recursos didáticos ganharam visibilidade, a exemplo dos livros paradidáticos: um recurso pedagógico com grande potencial, pois, com método de ensino semelhante ao do livro didático, visa se aprofundar em assuntos muitas vezes não contemplados ou pouco discutidos no livro didático, propiciando uma maior compreensão dos temas que se pretende ensinar.

Ademais, quando apresentada em uma linguagem adequada ao público alvo e apresentação gráfica chamativa, se torna um recurso que permite aos alunos a compreensão, de problemáticas variadas, podendo ir desde a opressão vivida durante os anos da Ditadura Civil-Militar Brasileira, trabalhar datas comemorativas, histórias regionais, às questões da desigualdade e exclusões referentes às questões raciais, como a história dos afro-brasileiros ou dos povos indígenas, como a história das mulheres, ou a história do trabalho, entre tantas outras possibilidades.

E nesse contexto a produção de um material paradidático como recurso didático e pedagógico se configura como um importante material a ser usado nas aulas de História pois propicia a reflexão sobre questões cotidianas da sociedade, visto que geralmente possui entre suas características visual e imagens chamativas; textos curtos, mas detalhados, e com linguagem adequada ao público que visa atingir, narrativa em formato de diálogo com o leitor ou até mesmo como história em quadrinhos, bem como exemplos do cotidiano da geração dos alunos.

Figura 5: E segundo exemplo de livro paradidático.



Fonte: Brasil: Ditadura-Militar – um livro para os que nasceram bem depois, Autoras: Joana D’Arc F. Ferraz, Elaine de A. Bortone. Ilustração de Diana Helene. Ed. Hama, 2012.

Thomson (2016, p.29) salienta que os livros paradidáticos podem pertencer a duas categorias: os considerados “clássicos”, produzidos com fins educacionais, que em alguns casos são rotulados como “paradidático”, ou os literários, que são produzidos sem uma intenção necessariamente didática, mas que podem ser utilizadas no ensino e igualmente tidos como paradidáticos.

## 1.2 O que é um livro paradidático e quais são as suas principais características?

Um livro paradidático, bem como materiais paradidáticos, são recursos pedagógicos cujo diferencial está na linguagem e estética utilizada que busca aproximar-se do público alvo, com o objetivo de proporcionar aos alunos maior

compreensão dos assuntos estudados, como enfatiza Ebenezer Takuno Menezes<sup>7</sup>:

Livros paradidáticos são materiais que, sem serem propriamente didáticos, são utilizados para este fim. Os paradidáticos são considerados importantes porque podem utilizar aspectos mais lúdicos que os didáticos [...]. Recebem esse nome porque são adotados de forma paralela aos materiais convencionais, sem substituir os didáticos. (MENEZES, 2001)

Diferentemente de um livro didático tradicional, o livro paradidático visa aprofundar um assunto específico. Os materiais paradidáticos oferecem a possibilidade de trabalhar temas complexos, como por exemplo a História das Mulheres, que apesar do tema estar inserido nos livros didáticos atuais, aparece nestes de forma complementar, sendo abordado sem detalhes, já que os didáticos possuem como demanda abordar um grande número de conteúdos, um “depositário dos conteúdos escolares” (Bittencourt, 2004, p.72).

Geralmente, o livro paradidático é temático, isto é, trata sobre um tema específico que o professor deseja aprofundar. Na hora de escolher com qual livro paradidático trabalhar, é preciso levar em conta diversos fatores. Um fator a ser considerado é a sua adequação ao currículo escolar e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, é necessário observar se ele é adequado à faixa etária de cada turma do ponto de vista do ECA e também à realidade escolar.

Sendo assim, pode-se ensinar a História das mulheres no trabalho fabril para o 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, pois encontra-se em acordo com habilidades encontradas em ambos os anos letivos. Pode-se trabalhar a habilidade de código “EF08HI03 - Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas para o 8º ano do Ensino Fundamental. Já para o 9º ano, é possível trabalhar as habilidades EF09HI08 - Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema, e (EF09HI09) - Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

Bittencourt (2004, p.73) salienta ainda que “autores e editores ao simplificar questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores”. Posto isso, por habitualmente

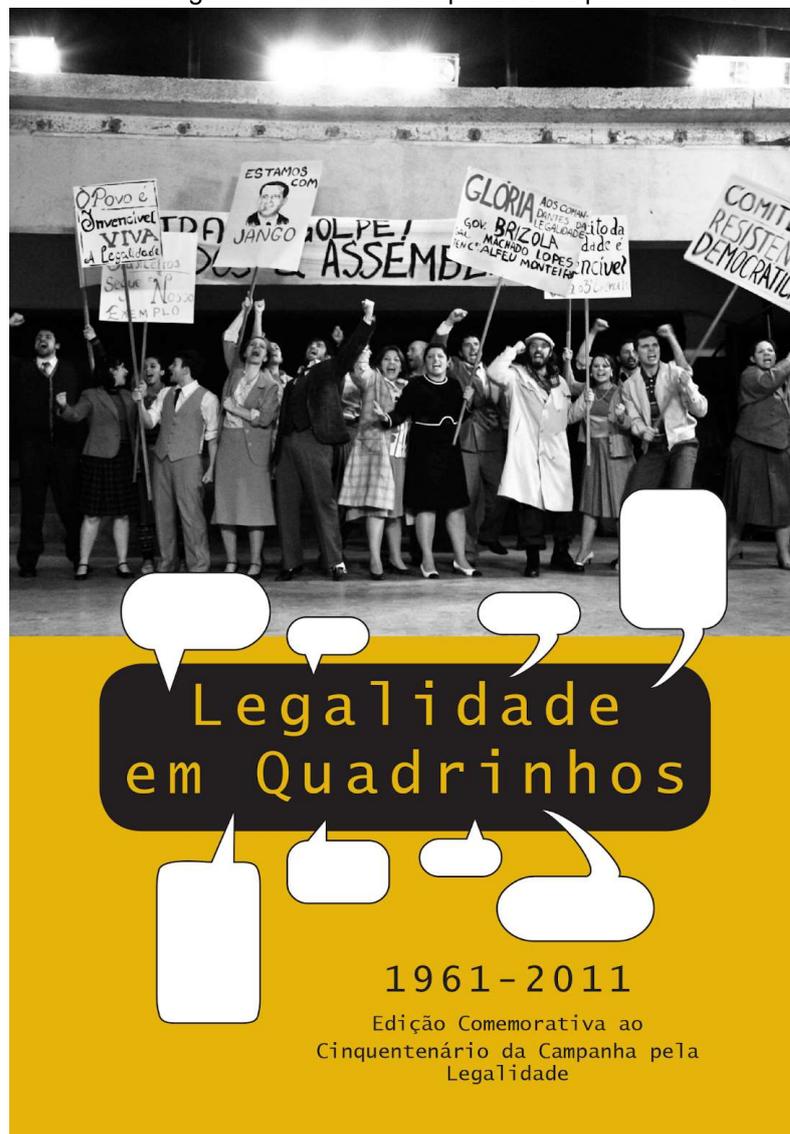
---

<sup>7</sup> MENEZES, Ebenezer Takuno de. *Verbetes paradidáticos*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/paradidaticos/>>. Acesso em 22 jun 2021.

possuírem visual atrativo; textos curtos, mas detalhados e com linguagem adequada ao público que visa atingir, podendo ter como narrativa em formato de diálogo com o leitor, bem como história em quadrinhos, ou possuir exemplos do cotidiano dos alunos, os paradidáticos possibilitam que o aluno se interesse mais pelo conteúdo apresentado.

O livro paradidático serve para abordar com mais detalhes e profundidade conteúdos que, por alguma razão, acabam por ser tratados de forma um tanto superficial no livro didático, em geral, em razão do volume de conteúdos que precisam ser trabalhados no material didático curricular. Nesse sentido, o material paradidático apoia a realização de atividades curriculares e extracurriculares.

Figura 6: Terceiro exemplo de livro paradidático.



Fonte: Legalidade em Quadrinhos: 1961-2011, Material elaborado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Sendo um material pedagógico pensado especificamente com o objetivo de apresentar um único tema, a linguagem é mais informal, bem como a apresentação gráfica. Vale ressaltar que esse recurso não é novo nas salas de aula, sendo utilizados desde os anos 1970 no Brasil, pois, segundo Egon Rangel, “o termo paradidático surgiu como adjetivo, qualificando um tipo de publicação que, a partir da década de 1970, começou a proliferar na produção editorial brasileira voltada para o uso escolar” (RANGEL, 2014)

Entre algumas características do livro paradidático estão a sua formatação única; a escrita dos conteúdos trabalhados que não seguem um padrão, porém sempre focam em aproximar-se da linguagem dos alunos e envolvê-los na leitura; seu tamanho, que geralmente são menores e mais ilustrados do que os livros didáticos, além de terem uma diagramação mais cativante. Mas isso tudo se dá pela preocupação em atrair o interesse dos estudantes para o conteúdo em que ele visa se aprofundar.

De acordo com Bittencourt (2008, p.296), livros paradidáticos são suportes informativos, ou seja, materiais produzidos especificamente para transmissão de conhecimentos escolares e são elaborados intencionalmente para serem empregados na aprendizagem, e para isso utilizam diferentes estratégias educativas. E entre outros exemplos de suportes informativos estão: livros didáticos, atlas, dicionários, alguns tipos de produções audiovisuais e etc.

### **1.3 Como um livro paradidático pode contribuir para o ensino e a aprendizagem da História?**

Os livros didáticos estão consagrados como um dos principais recursos utilizados pelos professores em sala de aula e isso acontece por diversas causas, como muitas turmas para atender, pouco tempo para planejarem suas aulas, falta de tempo para relembrem ou se atualizarem sobre os conteúdos abordados, necessidade de atender à BNCC ou pela escola em que lecionam. Sendo assim, segundo Gabriela Santetti Celestino, torna-se um hábito que:

Os professores buscam em grande maioria no seu cotidiano seguir a proposta elaborada pelo livro quanto ao ritmo e composição dos conteúdos a serem ministrados e encontram grandes dificuldades em elaborar aulas que não estejam previstas nos conteúdos selecionados nos livros enviados para as escolas. (CELESTINO, 2013, p.53)

De acordo com Gabriela S. Celestino, livros didáticos são ótimos recursos para o ensino e aprendizado, porém como seus conteúdos são abrangentes, acabam por não se aprofundar em determinados assuntos. E é pensando nesses obstáculos da docência que os livros paradidáticos se apresentam como excelentes recursos didáticos, visto que buscam trazer ao professor novos recursos de ensino e aprendizagem sobre temas pouco ou não explorados pelos livros didáticos e possuem uma gama de possibilidades, servindo como suporte na elaboração de suas aulas. Assim sendo, o uso de livros paradidáticos possibilita aprofundar nos temas que os livros didáticos de História não conseguem por necessidade de suprir a demanda de conteúdo.

Para Rosicler Rodrigues, autora de diversos livros paradidáticos voltados para estudantes do Ensino Fundamental,

O livro de divulgação científica não deve apenas oferecer informações atualizadas em linguagem simples e até poética, quando possível. Deve também oferecer reflexões e críticas sobre o fazer da Ciência e seu papel no mundo de hoje, sobre as transformações que ela causa em nossas vidas, sobre as responsabilidades dos cientistas, sobre as contradições de nossa sociedade. Deve entrelaçar as ciências exatas e humanas. Enfim, deve fazer o leitor pensar. (RODRIGUES, 1996, p.83)

Deste modo, os livros de divulgação científica têm o potencial e intenção de fazer com que o público para qual é destinado reflita sobre a sociedade e o mundo. Eles podem, e devem, proporcionar estratégias que instiguem os educandos ao pensamento crítico, desenvolvendo seu interesse pela Ciência e introduzindo o estudante às práticas de pesquisa. Rodrigues diz ainda que:

O livro paradidático de divulgação científica, quando usado com criatividade pelos professores, não fica limitado à leitura individual dos estudantes. Após a leitura, ele se torna um ponto de partida para debates, leituras de outros livros relacionados ao tema, pesquisas em revistas, jornais e até mesmo na comunidade. O aluno se torna um pesquisador. (RODRIGUES, 1996, p.83)

Assim sendo, a depender da abordagem e atividades sugeridas nos livros paradidáticos, o aluno pode sair da posição de mero receptáculo do conhecimento e

emancipar-se no seu processo de aprendizagem, tornando-se um agente ativo no processo de construção do conhecimento, como também menciona Thomson:

Atualmente muitos educadores consideram o trabalho com a leitura crítica, com a interpretação de textos e fontes históricas nas aulas de história, por exemplo, algo inovador. Isso porque essas práticas se configuram de maneira contrária à mera transmissão do conhecimento e do entendimento do aluno como um passivo receptor daquilo que o professor “tem a oferecer”. (THOMSON, 2015, p.2346)

Em seu artigo, Gonçalves (2011, p. 936) aponta a “necessidade de refletir a respeito da função da escola e do ensino de História na escola, no mundo contemporâneo, e dos dilemas que envolvem essas questões, trazidos para a especificidade local.”

Nesse contexto, a presente dissertação discorre sobre a construção do material paradidático produzido, material que aborda a questão do trabalho feminino na perspectiva histórica, utilizando como recorte o trabalho fabril, por ser pertinente à realidade social dos estudantes da rede pública, oriundos da região do Vale do Rio do Sinos.

Não obstante, aprofundar certos assuntos no ambiente escolar são de suma importância, visto que muitas questões importantes na construção social do indivíduo não são abordadas em casa, a exemplo das questões da desigualdade de gênero, como trata Bourdieu na citação a seguir:

De maneira geral, as crianças e sua família se orientam sempre em referência às forças que as determinam. Até mesmo quando suas escolhas lhes parecem obedecer à inspiração irredutível do gosto ou da vocação, elas traem a ação transfigurada das condições objetivas. Em outros termos, a estrutura das oportunidades objetivas de ascensão social e, mais precisamente, das oportunidades de ascensão pela escola – atitudes que contribuem, por uma atitude determinante, para definir as oportunidades de se chegar à escola, de aderir a seus valores ou a suas normas e de nela ter êxito; de realizar, portanto, uma ascensão – e isso por intermédio de esperanças subjetivas (partilhadas por todos os indivíduos definidos pelo mesmo futuro objetivo e reforçadas pelos apelos à ordem do grupo), que não são senão as oportunidades objetivas intuitivamente apreendidas e progressivamente interiorizadas. (BOURDIEU, 2007, p.49)

#### **1.4 O que um livro paradidático sobre temas da História das Mulheres pode contribuir para uma educação para a Igualdade de Gênero?**

Os livros paradidáticos podem ser uma ferramenta capaz de viabilizar a compreensão do aluno relativa aos conceitos igualdade de gênero através da História das Mulheres, pois foca e se aprofunda em determinados assuntos que outros materiais não conseguem, a exemplo dos livros didáticos. Isso possibilita que se trabalhe conceitos e traga reflexões sobre esse e outros assuntos tão pouco explorados nos livros didáticos

Deste modo, minha proposta de pesquisa visa estimular os educadores e os alunos a refletir sobre as mudanças e permanências das mulheres no mundo do trabalho através do ensino de História, assim como discutir as características históricas e atuais do trabalho feminino no Brasil, focando as relações de gênero, classe e raça, propondo como metodologia de ensino o uso de material paradidático com atividades voltadas aos anos finais do Ensino Fundamental, no qual professores e alunos tornam-se participantes ativos na construção do conhecimento e do aprendizado, de modo que os educandos possam problematizar e relacionar o passado com o presente, suscitando a investigação, análise e a produção de conhecimento histórico.

A necessidade de as mulheres serem percebidas enquanto agentes sociais ativos no desenrolar da História, já era uma preocupação de Simone de Beauvoir. Em sua obra mais conhecida, a autora afirma que:

Em verdade, a natureza, como a realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. Os proletários dizem " nós ". Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em" outros "os burgueses, os brancos. As mulheres - salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas - não dizem" nós ". Os homens dizem" as mulheres "e elas usam essas palavras para designar a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito. [...] No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Elas bem o sabem, elas mal duvidam. Recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem seria para eles renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode conferir-lhes. (BEAUVOIR, 2002, p.15).

Sara Menezes Felizardo (2018, p.13) defende que:

O tratamento dado à história das mulheres na disciplina escolar, em certa medida, evidencia que as discussões acadêmicas relativas às relações de gênero e sobre a história das mulheres ainda não garantem a visibilidade de participação das mesmas, em sua diversidade, como parte integrante dos processos históricos. Entendo que seja primordial a inclusão das discussões sobre as relações de gênero no contexto escolar para desnaturalizar preconceitos e desigualdades que fazem parte do dia a dia de alunas e alunos. Dessa forma, considero que dar voz e vez às mulheres na História seja parte de um importante processo que contribui para a compreensão dos reais significados, por exemplo, da banalização da violência contra as mulheres, à medida que preconceitos e desigualdades de gênero, embora sejam latentes, parecem tão naturais e passem despercebidos no contexto escolar. Considero oportuno o estudo uma vez que, mesmo diante das transformações sociais ocorridas no sentido de promover a equidade entre os gêneros e da valorização social das mulheres frente aos diferentes papéis desempenhados, estas ainda são silenciadas em diversos âmbitos sociais. Nesse sentido, garantir a visibilidade da história das mulheres se torna urgente e há no Ensino de História a necessidade de questionar e desconstruir ideias sexistas, historicamente construídas e cristalizadas, estruturantes de definições normativas de feminilidade e masculinidade.

A autora enfatiza a necessidade de as mulheres serem representadas como protagonistas de suas próprias vidas nos livros didáticos. Mas alerta que esse protagonismo deve ser “articulado com a estruturação gráfica do livro” não podendo em hipótese alguma, “a História das Mulheres servir apenas como um apêndice aos seus leitores e leitoras ou como uma informação complementar.” (MENEZES, 2018, p.14)

Entendemos, no entanto, que a realidade dos livros didáticos nem sempre consegue contemplar tais aspectos da maneira idealizada por Felizardo, visto que para vencer a alta demanda de conteúdos “autores e editores dos livros didáticos ao simplificarem questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores” (Bittencourt, 2004, p.73). Para tanto os livros paradidáticos são uma alternativa, onde longe de competir com os livros didáticos, busca complementar questões importantes, que de outra maneira seriam negligenciadas.

Após tudo que foi explanado anteriormente, fica evidente a relevância do material paradidático como material complementar na formação escolar. Não somente no que se refere às matérias próprias do currículo escolar, mas também, e talvez mais importante, porque envolvem o aluno em temas que vão além da aprendizagem formal.

A ideia de um livro paradidático surgiu da possibilidade de tratar de temas presentes no cotidiano dos alunos. Sendo Novo Hamburgo um importante polo fabril ao mesmo tempo que se identifica a necessidade de debater questões de gênero relativas ao papel da mulher nesse contexto, também é preciso considerar que grande parte dos estudantes está direta ou indiretamente relacionado com essa realidade social. Assim sendo, um material próprio parece ser a escolha mais lógica e segura para abordar o tema em sala de aula.

## **2 - REFLEXÕES ACERCA DO MATERIAL PARADIDÁTICO A PARTIR DO TRABALHO OPERÁRIO NO BRASIL**

No trabalho paradidático iniciamos pela Revolução Industrial, mas a história do trabalho teve início muito antes. A fim de melhor entender a proposta paradidática, entendeu-se ser importante apresentar um panorama da evolução do trabalho ao longo da História. Optou-se por focar na História do Brasil, visto que tal material foi pensado para ser aplicado em escolas, preferencialmente públicas brasileiras. Essa breve história do trabalho no Brasil tem como objetivo facilitar a vida do docente provendo um contexto introdutório ao tema proposto, facilitando assim a melhor compreensão do aluno e salientando ainda que tenha se optado por focar no trabalho fabril no material paradidático produzido, o conhecimento histórico precisa ser contextualizado.

Este capítulo apresenta como ocorreram as mudanças no mundo do trabalho no Brasil, sobretudo no contexto fabril, com foco na trajetória feminina, considerando que o processo de industrialização no Brasil se deu de maneira diversa do contexto europeu devido a questões que são o processo de escravidão e imigração, que impactaram a percepção sobre o trabalho. Para isso, o capítulo será dividido em três partes: A primeira, nomeada “História do Trabalho no Brasil” contextualizará o trabalho ao longo da História do Brasil, considerando o trabalho dos indígenas antes e após o processo de colonização, bem como no período da escravidão.

O segundo subcapítulo, “Industrialização e Operariado no Brasil” discorre sobre as influências dos processos de escravidão e imigração na industrialização brasileira, visto que o modo como se deu a industrialização no Brasil em muito diverge dos moldes europeus por conta desses processos, bem a participação e importância das mulheres na industrialização brasileira.

Já o terceiro e último subcapítulo “Trabalhadores da Indústria em Novo Hamburgo” foca na História de Novo Hamburgo, tão atrelada ao trabalho industrial, sobretudo no setor calçadista, bem como nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras novo-hamburguense por condições dignas de trabalho. Novo Hamburgo é a cidade em que leciono, e pesquisar sobre o operariado desta cidade apresenta grande relevância não apenas no resgate da História local, mas por ser uma cidade historicamente fabril e que, devido a esta atividade econômica, já foi uma das mais prósperas cidades do país.

## 2.1 História do Trabalho no Brasil

O material paradidático foi pensado de modo a abordar a Revolução Industrial e o papel das mulheres na Revolução. Ao longo do material produzido foram anexadas imagens que ilustram a atuação das mulheres no trabalho fabril. Na página 8 do paradidático há uma ilustração mostrando a produção de tecidos na Europa no século XVIII. Na imagem é possível ver que a produção acontece no ambiente doméstico, onde mulheres produzem enquanto realizam outras atividades do lar e supervisionam as crianças. Porém a história do trabalho e industrialização no Brasil ocorreu de forma diferente da europeia possuindo influências distintas, tais como a dos indígenas, dos negros escravizados e posteriormente de imigrantes europeus chegados em diversas levas a partir do século XIX. Desse modo, mesmo não tendo contemplado no material paradidático a História do Brasil, pensei ser necessário acrescentar um subcapítulo sobre este assunto como suporte ao docente que utilizará o material paradidático, possibilitando a criação de uma linha do tempo e oferecendo um contexto que conecte com a realidade brasileira, pois embora alguns conteúdos não constem no material paradidático, eles foram necessários para a elaboração do mesmo.

Na minha pesquisa para a elaboração do material paradidático, comecei pesquisando sobre o modo de trabalho dos povos originários, pois, ao falar sobre a História do trabalho no Brasil, não podemos esquecer do trabalho dos indígenas, pois o trabalho não começou com o processo de colonização, as pessoas que viviam no território que hoje chamamos de Brasil viviam e trabalhavam de acordo com a sua cultura.

No século XV, após a chegada dos portugueses em 1500, a mão de obra indígena foi utilizada massivamente na extração de recursos naturais, sobretudo o pau-brasil. A exploração do trabalho indígena neste período se dava por meio do escambo, ou seja, os nativos extraíam os recursos naturais e os trocavam por objetos de baixo valor para os europeus, tais como espelhos, facas, tecidos e etc.

A partir de 1530, o foco da exploração portuguesa passou a ocorrer por meio do plantio da cana-de-açúcar, visto que o clima do território brasileiro era favorável ao cultivo deste produto, cujo valor de mercado na Europa era imenso, fato que fez do Brasil o maior produtor de açúcar da época. Este lucrativo produto era cultivado em grandes latifúndios monocultores. No início da exploração açucareira alguns

grupos indígenas, como os Tupi, mantinham bom relacionamento com os portugueses as protegiam da invasão dos outros grupos bem como na proteção contra o ataque de outros grupos indígenas menos amigáveis à presença e domínio europeu, tais como os Aimorés e os Goitacás, assim como capturavam e lhes entregavam os prisioneiros de guerra, que eram então escravizados nos canaviais.

Outra forma de exploração da força de trabalho indígena se deu por meio das missões (ou reduções) jesuíticas, que foram aldeamentos indígenas autossuficientes organizados e administrados por padres jesuítas com intuito de evangelizar os povos nativos e protegê-los da ação dos bandeirantes, tendo chegado a abrigar milhares de indígenas.

Figura 7: Ruína da Redução Jesuítica de São Miguel das Missões (RS).



Fonte: IBGE. Hernondino Chagas, 1972.

Existiram missões jesuíticas em vários territórios por toda a América, sendo no Brasil as que tiveram mais êxito os sete povoados existentes no atual Rio Grande do Sul. Nas missões jesuíticas os indígenas trabalhavam na agricultura, pecuária, manutenção e oficinas que produziam bens para a subsistência da comunidade. Mantinham comércio com a Europa, cujo rendimento era convertido em

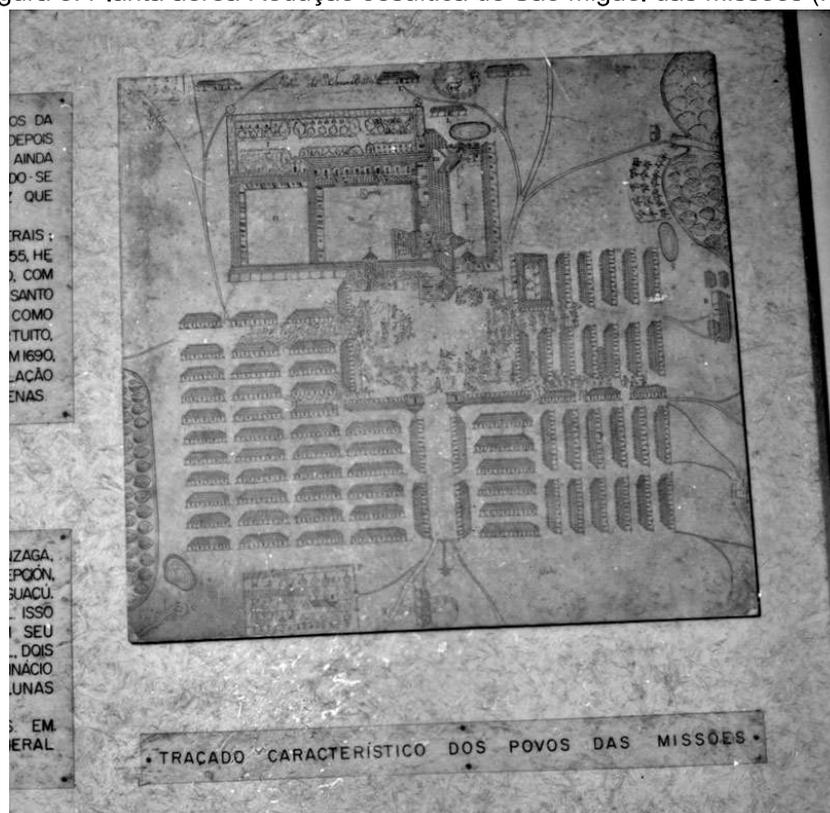
investimentos ou aquisição de produtos úteis nas reduções, bem como no pagamento de imposto à Coroa.

É interessante trazer a reflexão de que houveram manufaturas no Brasil muito antes da industrialização. Os jesuítas utilizaram esta forma de trabalho em suas reduções, havendo inclusive divisão sexual do trabalho.

A ação jesuíta iniciou no Brasil em 1549 e, tendo seu método recebido crescentes críticas por uma parcela da Igreja Católica, foi proibido no Brasil a partir de 1759 por um decreto de Marquês de Pombal.

Evidentemente as culturas indígenas tinham capacidade de adaptação; todavia o que os portugueses demandavam ia de encontro a aspectos fundamentais da vida e da mentalidade dos nativos. Para estes últimos, agricultura era "trabalho de mulher". (SCHWARTZ, 1988, p.45)

Figura 8: Planta aérea Redução Jesuítica de São Miguel das Missões (RS).



Fonte: IBGE. Hernondino Chagas, 1972.

O historiador Stuart Schwartz, conforme a citação acima, afirma que os indígenas se mostravam resistentes com o trabalho na lavoura por considerá-lo um "trabalho de mulher", bem como não estarem habituados ao trabalho contínuo em sua cultura. Contudo, o principal motivo para a introdução da mão de obra africana escravizada não se deu por este motivo, mas sim porque o número de indígenas

escravizados não supria a demanda de produção esperada pelos portugueses. Deste modo, a escravidão indígena foi a principal mão de obra até meados do século XVII, mas, mesmo que a mão de obra negra escravizada tenha se tornado dominante a partir de então, a escravização indígena persistiu, tendo ambas coexistido. A *plantation* tinha como principal força de trabalho a mão de obra escravizada, e teve a africana e afrodescendente como a principal força explorada até 1888 com a abolição da escravatura.

Diversas teorias tanto religiosas quanto científicas tentavam legitimar a “inferioridade” dos negros sobre os outros grupos raciais, em escala onde os europeus colocavam-se como superiores aos demais. Os europeus consideravam a cultura africana como primitiva, selvagem, e a escravidão desses povos era alegada como um processo civilizatório. Já pelo ponto de vista religioso, justificava-se pela *Bula Dum Diversas*, expedida em 18 de junho de 1452 pelo Papa Nicolau V, destinada ao Rei Afonso V de Portugal, que autorizava a conquista de territórios e escravatura perpétua de povos não cristianizados e atribuía que a escravidão desses povos serviria para “expiar seus pecados”. Segundo Mariana P. Cândido,

autorizava o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter povos pagãos, sarracenos e inimigos de Cristo. A disposição papal também reconhecia o direito da Coroa portuguesa de apreender bens materiais e ocupar territórios habitados por esses povos e escravizá-los permanentemente (CANDIDO, 2013, p.251)

A exploração da mão de obra escravizada permaneceu até a abolição da escravatura, em 1888, como a principal força de trabalho. A sociedade nesse período era marcada por divisões sociais bem definidas e desiguais, sendo composta principalmente por senhores de engenho, trabalhadores livres e pessoas escravizadas, em ordem dos mais beneficiados até os mais explorados.

Segundo Maria Odila Dias (2018), durante esse período da escravidão, o número de mulheres escravizadas era significativamente menor, pois as mulheres eram mais caras no tráfico interno da África e mais baratas nas lavouras brasileiras.

As mulheres eram mais caras no tráfico interno – porque eram vistas como reprodutoras e como trabalhadoras agrícolas – e reservadas para consumo dos próprios africanos ou revendidas para os países árabes e a Índia. [...] Nas lavouras brasileiras, os escravos homens eram mais valiosos do que as mulheres em razão de sua maior capacidade de executar trabalhos pesados. (DIAS, 2018, p. 361-362)

Dias afirma que as mulheres escravizadas além de serem submetidas a extenuante carga de trabalho, à desnutrição, estarem sujeitas a violência física e sexual por parte dos senhores e capatazes – inclusive quando grávidas, também sofriam maus tratos por parte de seus companheiros. Percebe-se na citação abaixo que, assim como muitas mulheres de hoje, as escravizadas acabavam por assumir dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho):

Apesar de consideradas incapazes, as escravas se encarregavam de um trabalho bastante árduo, trabalhando durante o dia com os homens, na lavoura, realizando as mesmas tarefas. Além disso, as mulheres assumiam com seus filhos e filhas o trabalho de cultivo de gêneros de subsistência. O costume do senhor de oferecer a um casal de escravos uma roça para plantar e criar animais atingia no Brasil uma abrangência que ia de Pernambuco e Bahia ao Rio de Janeiro. Em geral, as escravas com seus filhos trabalhavam a roça doméstica sem os maridos. Elas também processavam alimentos como o arroz, o milho e a mandioca, manuseando instrumentos como o pilão e o ralador. Cumpriam serões noturnos e eram requisitadas nos dias santos. Responsabilizavam-se ainda por cozinhar os alimentos para todos. Todo o trabalho era supervisionado de perto pelas senhoras que não cansavam de reclamar da morosidade das escravas na execução de suas tarefas. (DIAS In Pinsky; Pedro, 2018, p. 364)

Outras atividades comuns na época eram as mucamas, escravas domésticas “poupadas dos trabalhos mais pesados da lavoura e podiam andar mais bem-vestidas e limpas.” (DIAS, In: Pinsky; Pedro, 2018, p.375), que nas suas atribuições, além do serviço doméstico podiam também ser amas de leite - trabalho realizado também por mulheres livres e estrangeiras, sendo comum anunciarem em jornal a oferta e procura de amas de leite,

Comparada com as outras, possibilitava melhores ganhos devido à relativa valorização da responsabilidade dos cuidados com as crianças para os quais se requeria paciência, dedicação e asseio. A função era exercida tanto na casa dos patrões como na própria moradia das “amas criadeiras”. O serviço das amas era utilizado também pelos poderes públicos e caritativos, no aleitamento e cuidado de órfãos. (MATOS; BORELLI, 2018, p. 126)

Arend (2018, p.68) salienta para o trabalho infantil, visto que as mulheres começavam a trabalhar ainda muito jovens, lá por volta dos 4 ou 5 anos, sendo empregadas em variados labores.

Figura 9: Marc Ferrez. Escravos na colheita do café.



Fonte: Coleção de Marc Ferrez, c. 1882. Vale do Paraíba, Rio de Janeiro / Acervo IMS.

A escravidão dos povos afrodescendentes possui até hoje marcas profundas na sociedade, visto que após a Lei Áurea aboliu-se o trabalho escravizado, mas não se incluem os negros à sociedade brasileira, tendo ao invés disso favorecido o trabalho de europeus, importando mão de obra sobretudo alemã e italiana desde a década de 1820.

A abolição significava, para os senhores, abdicar de quaisquer responsabilidades perante os ex-cativos, para negros e negras, ela significava uma ilusão de liberdade, que deixava os africanos e seus descendentes lançados à própria sorte. Com a chegada gradual dos europeus para ocupar o espaço da mão de obra assalariada, o negro perde seu único valor como produto. [...] A partir do final do século XIX, o Estado trabalha fortemente no financiamento da imigração, contribuindo com o transporte e até moradia para essa população. Essas ações excluem grande parte da população negra de quaisquer relações contratuais de trabalho, restando a um enorme contingente populacional manter-se em relações de trabalho semiescravas ou arriscarem-se nos cortiços, ruas e vielas das zonas urbanas em condições de vida precarizadas. (MARA, SILVA, 2014, p.7)

Um dos objetivos ao beneficiar o trabalho europeu em detrimento do afrodescendente era “embranquecer” a população brasileira, o que acabou marginalizando a população negra no Brasil.

(...) muitos intelectuais inverteram as interpretações que previam a degeneração da raça como resultado da mestiçagem, apostando, ao contrário, que, graças à imigração europeia, o branqueamento seria a solução. Se essas conclusões fortaleceram preconceitos num momento em que os últimos escravos estavam sendo libertados, elas não estabeleceram fronteiras raciais nítidas entre as pessoas, pois valorizavam a miscigenação como uma forma eficiente de convívio. Isso não evitou, contudo, a hierarquização das raças. (DEL PRIORE, 2010, p 160)

Bebel Nepomuceno aponta nítida exclusão social dos negros no mercado de trabalho.

Alijada por conta do preconceito racial dos postos abertos na indústria, no comércio ou no serviço público, a população negra encontrou poucas alternativas fora dos trabalhos intermitentes e pequenas atividades de baixa remuneração. Em vários pontos do país, a seletividade racial, mesmo nas ocupações mais subalternas, fez-se presente. Não era raro encontrar anúncios como estes dos jornais do Rio de Janeiro: “Precisa-se de uma boa cozinheira alemã para casa de família de tratamento, paga-se bem, dirija-se à rua Cosme Velho n. 113” ou “Precisa-se de criada para todo o serviço em casa de família sem crianças, prefere-se estrangeira, rua do Resende n. 180”. O critério racial de seleção dos empregadores coadunava-se aos ideais de “branqueamento” bancados pelo Estado brasileiro. (NEPOMUCENO, 2018, p. 385)

A autora salienta que, embora as famílias brancas dessem preferência por empregar mulheres brancas, sobretudo europeias, por conta do tratamento abusivo dispensado às trabalhadoras, tais como longas jornadas de trabalho, baixa remuneração, constantes humilhações, assédios e estupros, não encontrava quantidade suficiente trabalhadoras dispostas a sujeitar-se a tal. No mercado de trabalho os homens encontravam menos oportunidades ainda, prejudicando ainda mais as mulheres, que além de se submeterem a empregos degradantes, incumbiam-se com o total sustento da família.

Mas para além de trabalharem em casas de família, as mulheres negras, segundo Nepomuceno, ocuparam-se de diferentes formas de conseguir dinheiro, tais como produção e venda de doces e salgados, serviços de costura, lavagem de roupas, venda de mercadorias ou até mesmo em atividades artísticas.

Na época, exigências preconceituosas disfarçadas, ainda hoje utilizadas<sup>8</sup> para contratação de trabalhadoras, tais como “boa aparência” eram corriqueiramente utilizados.

Nos postos disponíveis para mulheres na indústria e no comércio, a discriminação racial vigorava disfarçada pelo eufemismo da “boa aparência”, exigida das candidatas aos empregos. Persistiu por décadas, funcionando com eficiência como estratégia para alijar a população negra daqueles trabalhos considerados mais adequados a “pessoas de pele branca”. (NEPOMUCENO, 2018, p. 387)

A economia brasileira focou na exploração de outros produtos ao longo de sua História, como o ouro e o café. E a acumulação de capital, graças a esse último, possibilitou o primeiro processo de industrialização no Brasil, que complementava a economia cafeeira.

O que se percebe que, indiferente do período histórico e o modo de trabalho exercido, a divisão sexual do trabalho sempre oprimiu as mulheres, no entanto a extenuante carga de trabalho a que as mulheres foram submetidas a partir da Revolução Industrial, evidenciou ainda mais a opressão vivida por elas, o que corroborou na busca por mudanças na situação em que viviam.

## **2.2 Industrialização e Operariado no Brasil no Século XIX e início do Século XX**

Sobre a industrialização e operariado no Brasil no Século XX, destaco aqui que, diferente da Revolução Industrial ocorrida na Europa, como é descrita no material paradidático, no Brasil o processo de industrialização, além de ter ocorrido tardiamente, possui outras peculiaridades. Optou-se por apresentar no material paradidático a versão clássica do processo industrial ocorrido na Europa, pois o foco

---

<sup>8</sup>Funcionária da Rede de Farmácias São João orientou para que se contratassem apenas pessoas segundo a aparência, o que, segundo ela, excluiria pessoas tatuadas, gordas ou homossexuais: ‘Uma observação: estou ligando para as lojas para liberar as contratações. Porém, vocês sabem, né? que feio e bonito é o mesmo preço, gente. Então, vamos cuidar muito nas nossas contratações. Pessoas muito tatuadas, pessoas muito gordas, vocês sabem que a empresa não gosta. Cuidem das aparências. Se pegar alguém “viado”, tem que ser uma pessoa alinhada que não vire a mão, não desmunheque. Vamos cuidar as equipes que a gente vai pegar.’ Disponível em <[https://www.jornalnh.com.br/noticias/rio\\_grande\\_do\\_sul/2021/10/22/apos-dizer-que-era-fake-news-re-de-de-farmacias-do-rs-confirma-que-audio-discriminatorio-e-de-funcionaria.html](https://www.jornalnh.com.br/noticias/rio_grande_do_sul/2021/10/22/apos-dizer-que-era-fake-news-re-de-de-farmacias-do-rs-confirma-que-audio-discriminatorio-e-de-funcionaria.html)> Acesso em 07 de nov. de 2021.

do material é apresentar a participação das mulheres na Revolução Industrial. Considerou-se também que este tema é condizente com os conteúdos abordados para os alunos de oitavo ano, e a elaboração do texto foi pensado considerando a faixa etária dos discentes.

Muitos são os fatores que diferem esses dois processos de industrialização, tais como a condição de colônia e os processos de escravidão e imigração massiva no Brasil, por exemplo. Não obstante, quando surgiram as primeiras fábricas no Brasil no final do século XIX, a Revolução Industrial na Europa – iniciada no século XVIII – já estava bem avançada.

Como consta no material paradidático, “A riqueza da burguesia tornava-se cada vez maior, pois crescia às custas da exploração de outros grupos sociais, produzindo uma grande quantidade de trabalhadores miseráveis.” (p.6). Vale salientar que no caso do Brasil, não há apenas desigualdade de classe ou gênero, mas também de raça.

Existem muitas similaridades entre os processos industriais no Brasil e na Europa. No entanto, historiadores como Mary Del Priore e Renato Venâncio (2010, p.170) afirmam que ao contrário da revolução no continente europeu, a indústria brasileira não resultou de um lento e progressivo desenvolvimento do artesanato e da pequena manufatura, mas já nasceu grande, na forma de fábricas modernas, quando foram implantadas as primeiras indústrias no Brasil, a Europa contava com pelo menos um século de avanços tecnológicos na produção de maquinário e, estes que por serem importados pelo Brasil, desestimulou o seu desenvolvimento tecnológico industrial, tornando-o dependente do maquinário estrangeiro. Del Priore e Venâncio (2010, p. 171-172) enfatizam ainda que o capital inicial para a primeira industrialização brasileira, ocorrida entre 1880 a 1930, tinha como origem a economia agrária, e que nesta época as regiões mais industrializadas eram o Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, como consta na citação abaixo:

(...) em 1907, por exemplo, o censo industrial indicou que a capital federal tinha duas vezes mais fábricas do que os vizinhos do Sul; Minas Gerais, por sua vez, vinha nessa listagem em segundo lugar, cabendo a São Paulo uma modesta terceira colocação, seguida então pelo Rio Grande do Sul. (DEL PRIORE M; VENÂNCIO R. 2010, p. 171-172)

Comumente se atribui o início da industrialização brasileira à Era Vargas, diminuindo a importância dos processos industriais ocorridos antes, principalmente o do século XIX. Pode-se pensar a industrialização brasileira por fases, sendo que em um primeiro momento, durante o Pacto Colonial entre 1500 e 1808, a existência de manufaturas era proibida (ainda como já mencionado, tenham sido utilizadas no processo de catequização dos povos indígenas nas reduções jesuíticas) e a colônia deveria apenas fornecer insumos para a metrópole. No período seguinte, com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, e a alteração do status de colônia para a capital do império português, houve a expansão industrial no território brasileiro, especialmente na manufatura e produção de bens primários.

Na história brasileira, é sabido que era preferível fazer um trabalhador escravizado até a morte do que investir na sua saúde para mantê-lo de forma digna. Tais tratamentos alheios à dignidade e integridade física dos trabalhadores podem ser percebidos nos relatos constantes na página 6 do material paradidático, como constam a seguir:

Relato 1: “Eu tenho conhecimento de mais acidentes no início do dia do que no final. Eu fui, inclusive, testemunha de um deles. Uma criança estava trabalhando a lã, isto é, preparando a lã para a máquina, mas a alça a prendeu, como ela foi pega de surpresa, acabou sendo levada para dentro do mecanismo; e nós encontramos seus membros em um lugar, outro acolá, e ela foi cortada em pedaços; todo o seu corpo foi mandado para dentro e foi totalmente mutilado”. (John Allett começou a trabalhar em uma fábrica de têxteis quando tinha quatorze anos. Allett tinha cinquenta e três anos quando foi entrevistado por Michael Sadler e seu Comitê da Câmara dos Comuns, em 21 de maio de 1832)

Relato 2: “Os primeiros dias de setembro foram muito quentes. Os jornais noticiavam que homens e cavalos caíam mortos nos campos de produção agrícola. Ainda assim, a temperatura nunca passava de durante a parte mais quente do dia. Qual era então a situação das pobres crianças que estavam condenadas a trabalhar quatorze horas por dia, em uma temperatura média de 28°C? Pode algum homem, com um coração em seu peito e uma língua em sua boca, não se habilitar a amaldiçoar um sistema que produz tamanha escravidão e crueldade?” (William Cobbett fez um artigo sobre uma visita a uma fábrica de tecidos que aconteceu em setembro de 1824).

No século XIX, já não fazia mais sentido manter o trabalho escravo, por ser cara sua manutenção, visto que um trabalhador escravizado produzia, mas não consumia. Neste contexto, a utilização de mão de obra livre tornou-se atraente.

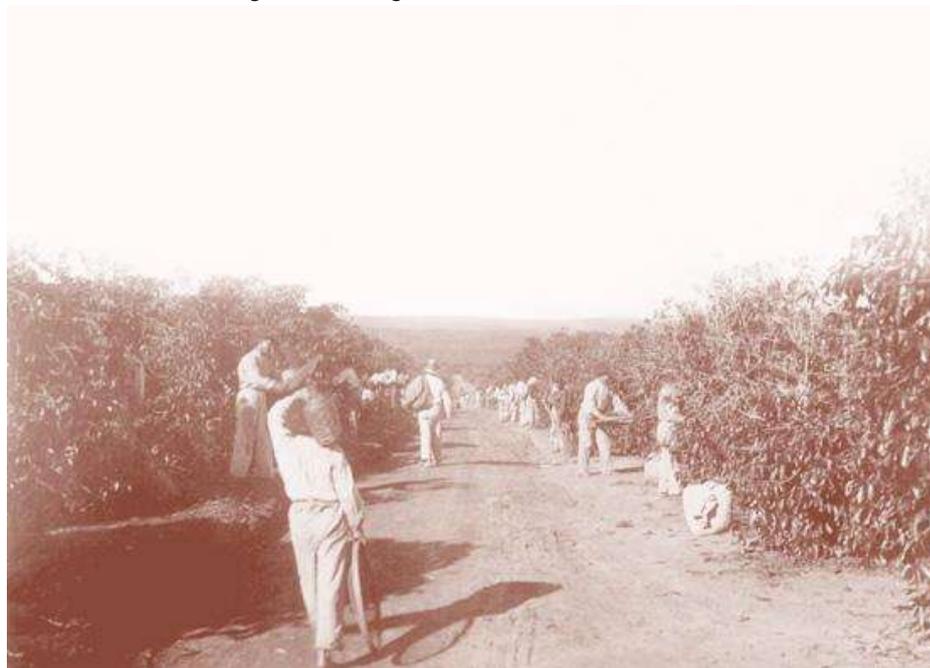
Segundo Paulo César Gonçalves (p.323-324), o processo de transição do trabalho escravizado para o livre iniciou-se ainda na primeira metade do século XIX

com a criação de Lei de 13 de setembro de 1830 que visava regular o trabalho brasileiro e estrangeiro ou Lei de 11 de outubro de 1837 que definia critérios para a demissão por justa causa. Sobre essas leis, Gonçalves afirma que:

(...) ambas refletiram o poder dos proprietários de terras que contavam com a legislação para obrigar os contratados a cumprirem os contratos. Além disso, em uma sociedade na qual a escravidão fornecia os parâmetros do trabalho sistemático, não deixa de ser emblemático que a maior punição aos trabalhadores, que por algum motivo não cumpriam os acordos de locação de serviços, fosse a privação da liberdade combinada com o trabalho forçado. As relações de trabalho supostamente livres estipuladas em contrato encontravam na lei seus limites, sobretudo para o lado mais frágil. (GONÇALVES, 2017, p. 326-327)

Percebe-se que, acostumados ao tratamento dado aos escravizados, patrões e fazendeiros reproduziram tais comportamentos com os trabalhadores livres que contratavam. Aos trabalhadores cobravam altíssimos custos do seu transporte da Europa para o Brasil, endividando-os “para manter os colonos presos à fazenda durante o maior tempo possível ou, pelo menos, até que pagassem suas dívidas.” (GONÇALVES, 2017, p. 327)

Figura 10: Imigrantes na colheita do café.



Fonte: Museu da Imigração – via IBGE. Início do Século XX.

Outras leis se seguiram, como a extinção do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queiroz de 4 de setembro de 1850, a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de

1871, que concedia a liberdade a todos filhos de escravizadas que nascessem a partir da sua promulgação, a Lei dos Sexagenários, de 28 de setembro de 1885, que concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Tais leis impossibilitaram a aquisição de novos trabalhadores escravizados, de modo que o Estado para garantir o lucro dos fazendeiros passou a incentivar massivamente a imigração de modo a baratear os salários oferecidos aos trabalhadores:

Com o subsídio à vinda de imigrantes pretendia-se criar um fluxo abundante de homens e mulheres pobres para a empresa cafeeira com o intuito de baratear salários e evitar o uso da coerção. Em São Paulo, com apoio financeiro do Estado, a imigração acelerou-se extraordinariamente a partir de meados dos anos de 1880, provocando queda dos salários e, em consequência, grande impulso na expansão da economia cafeeira. (GONÇALVES, 2017, p. 331)

Para além das questões de povoamento dos vastos territórios ainda inabitados naquele período, Paulo César Gonçalves frisa também o “sentido racista”, visto que, seguindo a lógica cientificista de “branqueamento” da época, “valorizava o europeu branco em detrimento dos escravos, libertos e pobres livres no mercado de trabalho, bem como sua importância para o “processo civilizador” do povo brasileiro.” (GONÇALVES, 2017, p. 350), e como já citado no subcapítulo anterior, o trabalhador negro mesmo antes da abolição da escravatura já estava sendo esvaziado de oportunidades trabalhistas e por isso sujeitava-se a trabalhar no que conseguiram para sustentarem a si e às suas famílias.

No entanto, Gonçalves (2017, p. 355) ressalta para o conceito de “trabalhadores subalternos” de Van Der Linden, destacando a prática da coerção tanto no trabalho escravizado quanto no trabalho livre, tendo em vista a utilização de legislação coercitiva que beneficiava sempre o patrão em detrimento dos trabalhadores, sejam eles escravizados, brasileiros livres ou imigrantes.

### **2.3 Trabalhadores da indústria em Novo Hamburgo**

Escolher como tema a Revolução Industrial com ênfase no trabalho das mulheres no contexto fabril na elaboração do material paradigmático se justifica pois a cidade onde leciono tem em sua história forte influência do trabalho industrial, Contudo, o papel das mulheres como mão de obra na indústria é geralmente

negligenciado em sala de aula, logo proporcionar aos estudantes o estudo deste tema conectando com a história local é de extrema relevância, visto que trabalhar com a história local/regional permite uma maior sensibilização dos alunos, pois eles se identificam com o conteúdo, pois muitos têm parentes ou eles próprios atuam nesta indústria formal ou informalmente, inclusive crianças, pois é comum na região que famílias levem para casa demandas como produção de palmilhas, fixação de fivelas e etc., e não raro meus alunos relatam realizar tais atividades para ajudar no sustento do lar.

No material produzido, destaco que ao começarem a trabalhar fora de casa, as mulheres passaram a trabalhar muito mais, pois além de trabalhar nas fábricas, continuaram responsáveis por todo o trabalho doméstico e cuidado com os filhos, como consta no trecho abaixo:

A fábrica não era o único local onde sua força de trabalho era explorada. Por mais que assumissem o papel de operárias, com suas atividades fora do lar pela maior parte do tempo, os serviços domésticos ainda recaíam sobre si, como cuidar dos filhos, preparar os alimentos e conservar as casas, fazendo-as assumirem uma dupla jornada. Importante também destacar que não só as mulheres, mas também as crianças trabalhavam nesses locais, e que suas remunerações eram muito inferiores às pagas aos homens. (material paradidático Chão de Fábrica, p. 8)

O recorte temático foi feito, considerando a faixa etária dos alunos, que geralmente encontra-se entre os 13 e 14 anos, tendo em vista que o estudo da Revolução Industrial é um conteúdo trabalhado atualmente no oitavo ano do Ensino Fundamental. No material produzido iniciei falando sobre a Revolução Industrial para contextualizar o assunto central do paradidático, que é o papel das mulheres na revolução.

A origem da cidade de Novo Hamburgo tem importantes fatores históricos, como as políticas racistas de branqueamento do povo brasileiro e problemas econômicos da população germânica devido às guerras napoleônicas.

O primeiro ciclo migratório de colonizadores não-portugueses chegou ao Brasil na primeira metade do século XIX, em plena Revolução Industrial na Europa, ocorrida entre 1818 e 1830. A vinda de imigrantes para a região ocorreu sob influência de Dona Leopoldina, imperatriz consorte do Brasil, descendente da Casa Habsburgo da Áustria.

Pertencente à colônia de São Leopoldo<sup>9</sup>, o distrito de Hamburgerberg localizava-se onde hoje situa-se o bairro Hamburgo Velho, que em 5 de abril de 1927 emancipou-se, formando a atual cidade de Novo Hamburgo.

Desde a sua fundação, a cidade de Novo Hamburgo tem a indústria calçadista como importante fator de reconhecimento de pertencimento social, sendo considerado o principal distrito de São Leopoldo. As exposições da indústria calçadista tiveram grande relevância no processo de emancipação política da cidade. Segundo Claudia Schemes:

A exposição de 1924 foi de fundamental importância para a cidade, visto que ela já vinha tentando há vários anos, por vias políticas, tornar-se um município independente da sua sede, São Leopoldo. Assim, ela representou muito mais para Novo Hamburgo do que possa parecer à primeira vista. Significou uma vitória sobre São Leopoldo, que também tinha pretensões em sediar o evento, mas acabou tendo de ceder para seu distrito mais importante, além disso, o então presidente do Estado, Borges de Medeiros, compareceu para prestigiá-la. Sua importância estratégica também ficou evidente com o fato de os membros da comissão organizadora (moradores de Novo Hamburgo) serem os mesmos que estavam na comissão pró-emancipação da cidade. O que nos interessa, especificamente nesse caso dos festejos, foi a sua ligação com o movimento emancipacionista que já estava sendo pensado há algum tempo. Contudo, como coloca Weber (2004), não podemos esquecer que a maior parte dessa comissão era composta por descendentes de alemães e que aquele evento foi um momento de manifestação da identidade de imigrantes alemães e de seus descendentes, além de ter representado um fortalecimento desses vínculos étnicos e uma trégua das disputas religiosas e políticas. (SCHEMES, 2018, p. 2)

A indústria, sobretudo a calçadista, é um fator significativo ao longo de toda a História do município de Novo Hamburgo, que já chegou a ser um dos principais polos industriais do país, assim como um dos municípios mais prósperos. Ainda que o setor calçadista tenha entrado em crise econômica devido ao competitivo mercado asiático nos anos 1990, a indústria persiste como importante aspecto econômico da cidade, empregando trabalhadores não apenas de Novo Hamburgo, mas dos demais municípios da Região do Vale do Rio dos Sinos.

A escolha da imagem da capa do material paradidático baseia-se na importância do trabalho fabril para a cidade de Novo Hamburgo. Atividade em outra época que fez da cidade uma das mais ricas do país, e que ainda que tenha entrado em crise é até hoje uma das principais fontes econômicas não apenas de Novo

---

<sup>9</sup> Primeira cidade fundada por imigrantes alemães no Brasil, em 25 de julho de 1824, cujo nome é em homenagem à Imperatriz Dona Leopoldina.

Hamburgo, mas de outras cidades da região do Vale do Rio dos Sinos. Tal atividade trabalhista moldou a região, visto que até mesmo sua variação étnica e cultural advém das atraentes oportunidades de emprego

Figura 11: Estande da empresa Pedro Adams Filho e Cia.



Fonte: Arquivo Municipal de Novo Hamburgo, 1924.

A historiadora Micaele Irene Scheer (2020), que em sua tese de doutoramento debruçou-se a pesquisar sobre trabalhadoras e trabalhadores da indústria calçadista em Novo Hamburgo durante a Ditadura Civil Militar, salienta que mesmo possuindo vasta documentação, a temática das lutas trabalhistas durante o período por ela analisado ainda foi pouco explorado academicamente. Scheer aponta variados percalços enfrentados pela classe trabalhadora:

As violações eram cotidianas, os patrões usavam o temor em relação aos agentes do estado para ameaçar e constranger seus funcionários. Efetivamente, ocorriam situações de violência arbitrária e de abuso de poder. Aqueles que eram presos, sofriam com o estigma e os prejuízos decorrentes das demissões, que poderiam se estender aos demais membros da família. Mudar de cidade em busca de uma vaga de trabalho foi uma estratégia, nem sempre eficaz. Independentemente de terem vínculos com alguma organização de esquerda, as vidas das “pessoas comuns” eram impactadas pela política do arrocho salarial, situação que ampliou o ingresso de mulheres e jovens no mercado de trabalho com salários e condições de trabalho precárias. Horas extras, acordos para a retirada de valores do FGTS, a troca das férias por salário, rotatividade – a superexploração da força de trabalho alterou a dinâmica social da família operária; mais suscetíveis, adoeciam e acidentavam-se. E como essa tese demonstra, as “pessoas comuns” resistiram. (SCHEER, 2020, p. 29-30)

Scheer afirma que, mesmo com a forte repressão vivida durante tal período, os trabalhadores encontraram meios de demonstrar sua insatisfação e reivindicar melhorias nas condições trabalhistas através da insubordinação aos seus empregadores:

(...) observa-se o desenvolvimento do setor nos anos 1960 e 1970, a partir das mudanças nas relações de trabalho e de produção. Mudanças que não foram facilmente aceitas pelos trabalhadores, que ao perceberem o aumento da exploração da sua força de trabalho através da intensificação do controle sobre seus corpos e tempo, resistiram. Nesse cenário, o cotidiano fabril foi o espaço privilegiado para observar diferentes atos de sabotagem e insubordinação à autoridade patronal. Com evidências que indicavam que a categoria era plural e que os sujeitos vivenciavam e davam sentido para sua condição proletária de diferentes formas. (Scheer, 2020, p. 46)

Sobre a vida e condições trabalhistas dos operários novo-hamburguenses, em muito se assemelha à vida dos trabalhadores durante a Revolução Industrial quanto à qualidade de vida. Famílias onde todos os membros, inclusive crianças trabalham para manter o sustento do lar, carga horária de trabalho excessiva, pouco convívio familiar, má remuneração de todos os membros, sobretudo de mulheres e crianças, entre outros, como demonstra a matéria publicada no Jornal NH de 21 de abril de 1972:

(...) vida de operário é dura e com pouco dinheiro [...] Ele levante cedo. Viaja ou caminha muito para chegar ao trabalho. Geralmente não almoça em casa. Sua o dia inteiro debaixo do barulho das máquinas. À noite, volta cansado para o aconchego do lar que, na maioria das vezes, não vem a ser um lar, mas apenas um lugar onde possa dormir, pois o tempo de que desfruta do lar é muito pouco para transformá-lo em algo mais que um dormitório. De sua vida fazem ainda parte a mulher e os filhos que, geralmente, também trabalham, porque o que o chefe da casa ganha não é suficiente nem para a alimentação. E há mais um rosário de necessidades semelhantes à alimentação que são: vestuário, escola para os filhos, farmácia, ônibus, etc.<sup>10</sup>

Scheer aponta que a prosperidade da indústria calçadista de Novo Hamburgo durante as décadas de 1960 e 1970 atraiu trabalhadores de outras regiões do estado que, seduzidos pelo grande número de empregos, vieram em busca de oportunidades. A partir da Revolução Industrial, tornou-se crescentes os números de

---

<sup>10</sup> Jornal NH, 21 de abril de 1972, p. 11 – conforme apresentado na tese de doutorado de Micaele Irene Scheer, intitulada “Experiências de trabalhadoras e trabalhadores do calçado durante a Ditadura: resistências cotidianas, lutas por direitos e protestos públicos em Novo Hamburgo/RS (1968-1979)”.

bairros e cidades destinados aos trabalhadores nos arredores das fábricas. A vida dessas pessoas, como retratada na ilustração de Gustave Doré, constante na página 9 do paradidático, era lamentável. Percebe-se na imagem o grande número de crianças de variadas idades, muitas delas cuidando umas das outras. Os espaços urbanos insuficientes para suportar a demanda de pessoas que viviam no local. Tal fato também ocorreu na cidade de Novo Hamburgo, onde surgiram bairros como Santo Afonso e Canudos, que devido a gestão do município não ter se preocupado em aumentar a infraestrutura da cidade, e a alta migração para o município, precarizou ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, tendo boa parte desses trabalhadores vindos de outras cidades se instalando nesses bairros periféricos em busca moradias financeiramente mais acessíveis.

Como o trecho a seguir, integrante do material paradidático, o trabalho industrial em diversos locais pelo mundo atraiu mão de obra vinda do campo. Tal êxodo urbano impulsionado pela industrialização moldou os espaços, formando bairros de acordo com a classe social.

Existiam muitas adversidades no meio rural, fazendo com que os habitantes desses locais fossem atraídos para o trabalho nas fábricas, assim, houve um grande processo de migração de camponeses e pequenos artesãos para as cidades, tornando-as muito populosas. Em termos de organização dos espaços urbanos, os burgueses moravam em bons bairros e casas, enquanto o operariado residia em bairros pobres, repletos de cortiços e poluição que vinha das fábricas. (Material paradidático Chão de Fábrica, p. 6)

Na minha experiência como docente e moradora da cidade de Novo Hamburgo percebi a imensa desigualdade social e estrutural nos bairros mencionados por Scheer. Tais bairros concentram ainda hoje a maior parte da população de baixa renda do município e sofre com os problemas comuns dos bairros periféricos de zonas metropolitanas, como o abandono e precariedade das instalações públicas, tais como escolas, o que acaba refletindo na qualidade de ensino. Nestes bairros o trabalho infantil é uma prática comum, visto que grande parte da população tira seu sustento através da indústria na área calçadista e, por necessidade sujeitam-se ao trabalho informal e parcamente remunerado.

Foi pensando nisso que acrescentei no material questionamentos como “Compare a situação das trabalhadoras das fábricas citadas no texto com as que você conhece. Quais semelhanças e diferenças você aponta?” e “Você conhece

alguém que trabalhe para alguma indústria? Se sim, essas pessoas possuem vínculo empregatício?” (material paradidático Chão de Fábrica, p.9). Estas perguntas visam fazer com que os estudantes reflitam sobre a situação das trabalhadoras que eles próprios conhecem e possibilitando que estes percebam as mudanças e permanências na História dos trabalhadores da indústria, sobretudo as mulheres. Destaco a imensa relevância de trazer questionamentos que instigue os estudantes a pensarem sobre a sociedade em que vivem, propiciando que estes percebam a desigualdade de gênero que ainda perdura na nossa sociedade, pois o ato de ensinar e aprender deve ser mais do que decorar fatos e datas, mas sim refletir sobre o impacto destes fatos na nossa história.

Os migrantes, que além das dificuldades encontradas devido à má remuneração, tempo de deslocamento, e falta de direitos trabalhistas que lhes assegurasse condições dignas de trabalhos, passavam por humilhações de cunho racistas ou xenófobos. O sucesso econômico da cidade desde os primórdios era atribuído à origem alemã da população e aos “valores germânicos” vinculados ao trabalho, sendo assim, a variação cultural com a recente chegada de trabalhadores provenientes de outras regiões e de outras origens étnicas, como descendentes de portugueses, negros ou mestiços era visto por parte da população local como a causa do surgimento de problemas sociais:

Portanto, a “Cidade Industrial” se tornou o cenário social comum, que promoveu interações de grupos étnicos e onde a cultura dos descendentes de colonos alemães procurou afirmar-se perante o “outro”, depreciando-o. Na esfera no trabalho, isso se deu através da reafirmação de que eram bons trabalhadores, diferentemente dos “brasileiros”, como eram chamados os descendentes de portugueses, negros e mestiços. Esses também seriam os responsáveis pelo aumento da criminalidade na cidade. Em relação a vida sindical, também eram apontados como agitadores. (SCHEER, 2020. p. 67)

As desigualdades social e racial eram evidentes no modo de tratamento e tipo de trabalho exercido pelos “alemães”, “brasileiros” e negros”. Os negros geralmente desempenhavam as mais precarizadas e insalubres tarefas laborais, tais como os curtumes, bem como o tratamento por parte dos patrões aos funcionários com comentários e apelidos racistas, como evidencia Micaele Scheer (2020, p. 70-71). Por outro lado, é preciso lembrar que a população negra, advinda do contexto escravocrata que não lhe possibilitou acesso à educação formal ou especialização

para o mercado de trabalho, teve sua colocação no mercado de trabalho ainda mais prejudicada, somando as desigualdades de classe e raça.

Sobre benefícios, Scheer salienta que transporte da empresa, assistência médica e odontológica, maiores salários ou bônus por assiduidade eram oferecidos em períodos de escassez de funcionários para o cumprimento da alta demanda do comércio nacional e internacional (2020, p. 72), mas que em períodos de crise, houveram casos em que os patrões estipularam descontaram parte do salário de seus funcionários para compensar seus prejuízos (2020, p. 73). Os benefícios prometidos eram concedidos enquanto as empresas necessitavam de muitos funcionários, mas deixavam de cumprir com o prometido quando a demanda por funcionários diminuía, e como tais acordos eram feitos verbalmente, ainda que recorressem por vias judiciais, dificilmente os trabalhadores eram favorecidos.

A partir da Revolução Industrial, tornou-se crescentes os números de bairros e cidades destinados aos trabalhadores nos arredores das fábricas. A vida dessas pessoas, como retratada na ilustração de Gustave Doré, constante na página 9 do paradiático, era lamentável. Percebe-se na imagem o grande número de crianças de variadas idades, muitas delas cuidando umas das outras. Os espaços urbanos insuficientes para suportar a demanda de pessoas que viviam no local. Tal fato também ocorreu na cidade de Novo Hamburgo, onde surgiram bairros como Santo Afonso e Canudos.

Muitas famílias, principalmente as mulheres, crianças e por vezes idosos, levavam atividades da indústria para realizarem em casa. Assim, trabalhavam de modo informal e adaptavam a rotina familiar com o trabalho que realizavam em casa. Essas demandas da indústria realizadas sem vínculo empregatício ainda são comumente efetuadas, segundo relatos de vários alunos do Ensino Fundamental, moradores dos bairros Santo Afonso, Boa Saúde, Kephas e Lomba Grande que, por estarem em situação de vulnerabilidade social, sujeitam-se a esses trabalhos extras com alegria ainda que remunerados de forma irrisória e de acordo com a quantidade que produzem (cortes de palmilhas, fivelas, furos para cadarços e etc.). O fato da atividade fabril se estender para além do ambiente das fábricas, sendo levado para dentro dos lares, demonstra o quanto a indústria e a vida dos operários estavam e ainda estão intrinsecamente conectadas.

Das dificuldades enfrentadas pelos operários, Scheer (2020, p. 90) deparou-se com inúmeros processos trabalhistas que tratavam do controle patronal

referente ao uso do banheiro. Eram reclamações sobre descontos no salário ou demissões devido ao tempo e frequência com que os trabalhadores faziam uso dos sanitários. Tais imposições ainda persistem na atualidade, como no caso da operária que teve o acesso ao banheiro impedido mesmo após informar várias vezes que necessitava ir ao banheiro, e por causa disso urinou-se e ainda foi constrangida com deboche e precisou voltar para sua residência a pé ainda com suas roupas sujas invés de retornar ao seu lar com o transporte da empresa, como é de costume, conforme o relato da operária:

Na terceira vez, eu falei que não estava mais aguentando, estava muito apertada e não ia conseguir esperar. Ela não deu bola. Eu não me aguentei e acabei me mijando. Ela chegou lá, deu risada. Depois que eu tinha feito, ela disse que eu podia ir ao banheiro [...] Eu me senti constrangida. Fui para casa chorando, ainda suja. Só passava na minha cabeça que eu não queria mais voltar ali.<sup>11</sup>

Figura 12: Protesto do Sindicato dos Sapateiros contra restrições do uso ao banheiro.



Fonte: Matheus Chaparini, GES-Especial, Jornal NH, 21/06/2021.

De acordo com a matéria publicada pelo Jornal NH<sup>12</sup>, o Sindicato das Sapateiras e Sapateiros denunciou o caso ao Ministério Público do Trabalho e

<sup>11</sup> Conforme entrevista concedida e publicada pelo Jornal NH em 21 de junho de 2021. Disponível em: <[https://www.jornalnh.com.br/noticias/novo\\_hamburgo/2021/06/29/sindicato-dos-sapateiros-vai-ao-mp-t-apos-funcionaria-de-fabrica-urinar-nas-calças.html#:~:text=Jovem%20de%2019%20anos%20foi,prot,estam%2C%20nesta%20segunda%2C%20contra%20restr%C3%A7%C3%B5es&text=Uma%20priva,da%20colocada%20na%20porta,de%20cal%C3%A7ados%20de%20Novo%20Hamburgo](https://www.jornalnh.com.br/noticias/novo_hamburgo/2021/06/29/sindicato-dos-sapateiros-vai-ao-mp-t-apos-funcionaria-de-fabrica-urinar-nas-calças.html#:~:text=Jovem%20de%2019%20anos%20foi,prot,estam%2C%20nesta%20segunda%2C%20contra%20restr%C3%A7%C3%B5es&text=Uma%20priva,da%20colocada%20na%20porta,de%20cal%C3%A7ados%20de%20Novo%20Hamburgo)> Acesso em 20 de fev. de 2022.

<sup>12</sup> IBIDEM

organizaram protestos em frente à fábrica Zenglein e Cia LTDA, fábrica onde o fato ocorreu:

Conforme demonstrado no parágrafo anterior, essa situação de conflito entre operários e direitos é uma situação constante e atual. O direito do operariado, sobretudo das mulheres, nunca está assegurado, visto que as políticas públicas mudam de acordo com o interesse do governo vigente, a exemplo da extinção do Ministério do Trabalho, leis da terceirização e outras mudanças que vieram com a reforma trabalhista.

### **3 - REFLEXÕES ACERCA DO DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES, E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DO TRABALHO**

O presente subcapítulo tratará sobre o histórico trabalhista do Dia Internacional das Mulheres, fazendo-se relevante a fim de demonstrar a estreita relação entre o Dia do Trabalho e o Dia Internacional das Mulheres. Abordar tal temática na perspectiva pedagógica em sala de aula permite ao aluno ter uma compreensão da dimensão da participação das mulheres na História do Trabalho, sobretudo no trabalho fabril, tradicionalmente percebida como uma ocupação masculina. Tal percepção além de elucidar sobre importantes fatos históricos, como as conquistas dos direitos das mulheres, colabora para uma mudança na perspectiva dos papéis de gênero em relação ao trabalho. Tendo o material paradidático se centrado na Revolução Industrial, compreender a história do Dia Internacional das Mulheres se faz indispensável, uma vez que este originou-se justamente nas experiências trabalhistas das mulheres nas fábricas, ou muitas vezes motivados por estas.

Entende-se também ser necessário oferecer ao estudante a possibilidade de refletir sobre como essas datas e celebrações tiveram suas propostas originais ressignificados ao longo da História, e como foram interpretados de maneiras diferentes em momentos e lugares distintos, ao mesmo tempo conectando com a História e realidade social local, no caso a importância da mão de obra feminina na indústria calçadista em Novo Hamburgo.

Sendo assim, será dividido em três subcapítulos: o primeiro, intitulado “O Histórico do Dia Internacional das Mulheres”, apresentando onde, quando e como surgiu tal celebração, cujas origens iniciam-se entre o final do século XIX e início do século XX. Esta primeira parte explicará a procedência do Dia Internacional das Mulheres, reivindicada tanto pelos EUA, quanto pela extinta URSS.

A confluência das comemorações do Dia Internacional das Mulheres com a greve das operárias têxteis e a revolta das mulheres com a escassez de alimentos, sendo o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia. O segundo subcapítulo “O Dia Internacional das Mulheres no pós-guerra aos dias atuais” falará sobre como a data ficou conhecida no Ocidente durante o período da Guerra Fria (1947 - 1989) e como foram vistas pelas duas grandes potências geopolíticas da época. Já a terceira e última parte deste capítulo “A Capitalização e Subversão do

Dia Internacional das Mulheres”, discorre sobre como ocorreu a ressignificação da data em prol de sua comercialização.

### **3.1 O Histórico do Dia Internacional das Mulheres**

O Dia Internacional das Mulheres tem uma longa história remetendo à organização de mulheres em busca de direitos civis, políticos e trabalhistas, que ganhou maior força em julho de 1901, em Indianápolis, quando ocorreu a fundação do Partido Socialista Americano. Neste primeiro momento, a questão das mulheres se focou na “aprovação de uma resolução em favor da igualdade de direitos civis e políticos para os dois sexos.” (GONZÁLEZ, 2010, p. 94).

Esse tema se justifica na importância de se estudar datas e festividades na escola de modo a rememorar fatos históricos. A importância de estudar este tema baseia-se no contexto histórico do seu surgimento por conta da exploração vivida pelos trabalhadores, sobretudo mulheres a partir da Revolução Industrial e porque as manifestações do Dia Internacional das Mulheres ocorridas no início do século XX promoveram não apenas a conquista de direitos civis, políticos e trabalhistas, como é um marco para o início da Revolução Russa, em 1917. O trabalho com o dia internacional das mulheres permite pensar acerca do real significado desta data, que é continuar lutando pela igualdade de gênero: significado que hoje é desconhecido por muitas pessoas, bem como a evidenciar as disputas narrativas sobre a origem desta data surgidas durante a Guerra Fria.

Dentro do Partido Socialista Americano surgiu o movimento das mulheres socialistas, que chamou a atenção dos dirigentes do partido. Em 1908, no 3º Congresso Nacional do Partido Socialista Americano ocorreu a unificação da sua política oficial a respeito da condição das mulheres dentro do movimento socialista.

A partir de uma disputa dentro do partido entre colaborar com sufragistas ou não, onde optou-se pela não colaboração com as sufragistas burguesas, o Partido Socialista Americano designou o último domingo do mês de fevereiro de 1909 como o Women's Day. Segundo González (2010, p.107), o êxito do Women's Day de 1909 foi tão grande que a partir da expectativa das mulheres socialistas passou a ser celebrada anualmente. Até 1914, o Women's Day foi celebrado no último domingo

de fevereiro, quando, por questões internas do Partido, deixou de ser comemorado nos Estados Unidos.

O Dia Internacional da Mulher tem suas origens, indiscutivelmente, no movimento internacional de mulheres socialistas do final do século 19 e início do século 20. E tinha como finalidade específica promover a luta pelo direito ao voto da mulher, sem nenhum tipo de restrição baseada no nível de riqueza, de propriedades ou de educação. Segundo, e ao contrário da versão aceita pela maioria das autoras e autores que tratam deste tema, na proposição aprovada não é citado nenhum acontecimento em destaque ou relevante para a história das mulheres que seria comemorado com a celebração desse dia dedicado a elas. Da mesma forma, também não foi definida uma data precisa para que ela fosse organizada. (GONZÁLEZ, 2010, p. 115)

Nos anos seguintes, outros países celebraram o Dia Internacional das Mulheres em diferentes datas, passando em 1914 a ser celebrado especificamente no dia oito de março na Alemanha, Rússia e Suécia. Nos anos seguintes a comemoração continuou sem um dia fixo, até que a comemoração do ano 1917, por meio de manifestações contrárias à participação russa na Primeira Guerra Mundial e escassez de alimentos, deu início ao movimento que culminou na Revolução Russa.

Figura 13: Manifestação em Petrogrado



Fonte: Manifestação das mulheres pelo pão e pela paz, Petrogrado, Rússia 1917 via Wikimedia Commons.

Alexandra Kollontai (1982, p. 11) escreveu que: “O Dia das Mulheres de 1917 tornou-se memorável na história. Nesse dia, as mulheres russas ergueram a tocha da revolução proletária e incendiaram todo o mundo. A revolução de fevereiro se iniciou a partir desse dia”. A partir de então, o dia 8 de março se tornou o Dia Internacional das Mulheres sem mais alterações. Devido a isso, celebrar o Dia Internacional das Mulheres é ainda hoje um feriado muito importante na Rússia, perdendo apenas para o Ano Novo.

Para González (2010, p. 116), é possível estabelecer um paralelo entre o Dia Internacional das Mulheres e o Primeiro de Maio, visto que ambos possuem como origem o movimento operário internacional. A autora afirma que “Se o 1º de Maio tinha nascido em 1889 para reivindicar a jornada de trabalho de oito horas, o Dia Internacional da Mulher tinha nascido para reivindicar o direito de voto para o sexo feminino.” González continua:

Aprovada a moção sobre a comemoração de um Dia Internacional das Mulheres com o objetivo de reivindicar seu direito ao voto, só faltava levar à frente os preparativos para celebrá-lo. A única mulher que escreveu, ainda que dez anos mais tarde, sobre o significado e a primeira celebração do Dia Internacional das Mulheres foi Alexandra Kollontai em seu panfleto Dia Internacional das Mulheres. Segundo sua própria explicação, um dia assim era necessário para que as mulheres da classe operária, que com seu trabalho estavam contribuindo para o crescimento da economia de seus respectivos países, se dessem conta de que tinham direito de participar na vida política e para isso era necessário que tivessem o direito de votar. (GONZÁLEZ, 2010, p. 117)

Dentro da sala de aula a reflexão sobre a conexão entre o Dia Internacional das Mulheres e o Dia Internacional do Trabalho é importante, pois confronta a percepção geral de que são datas não relacionadas, afastando o protagonismo das mulheres nas conquistas trabalhistas. Permite ao docente pensar com os alunos os múltiplos significados dessas datas ao longo do tempo e como elas são percebidas nos dias de hoje. A temática deste capítulo poderia gerar a temática de um paradidático próprio, visto que apresentar as importantes contribuições das mulheres junto às vitórias trabalhistas contribui com a percepção da igualdade de gênero, pois é sabido que assim como mencionado no material paradidático sobre a dupla e até mesmo tripla jornada de trabalho, esta é ainda a realidade da maioria das mulheres, assim sendo um assunto (igualdade de gênero) ainda hoje tão necessário.

O dia oito de março como o Dia Internacional das Mulheres tem sua origem controversa. Segundo Ana Isabel Álvarez González, algumas coincidências levaram

à construção do mito de que o Dia Internacional das Mulheres teria partido, ora de um incêndio, ora de grandes manifestações ocorridas supostamente na data de 8 de março de 1908, como o fato de ambos eventos terem ocorrido em Nova York, sendo protagonizados por mulheres da classe operária e que, nas palavras de González “houve, sobretudo, um sentimento extraordinário de solidariedade entre as mulheres desenvolvido de tal forma que ultrapassou as diferenças de classe, religião e etnia.” (GONZÁLEZ, 2010, p. 47)

De acordo com suas pesquisas, González afirma que o trágico incêndio teria ocorrido em 25 de março de 1911 na fábrica têxtil Triangle Shirtwaist Company, que vitimou 146 trabalhadores, sendo entre estes trabalhadores 123 mulheres. Já a famosa manifestação comumente citada foi mais de uma, tendo uma delas ocorrido um ano antes do grande incêndio, tendo entre as vítimas diversas manifestantes, e outras manifestações ocorreram após o incêndio devido a comoção causada pelo mesmo, mas nenhuma ocorrida em 8 de março. Tal data é bastante controversa, outros dias de março já haviam sido escolhidos para celebrar o Dia Internacional das Mulheres, sendo proposto pela feminista e socialista alemã Clara Zetkin, a quem muito se deve várias conquistas das mulheres. Para González,

Apesar de tudo isso, este acontecimento<sup>13</sup>, que é relevante na história do movimento operário estadunidense, não é relevante para o estudo da origem do Dia Internacional da Mulher. O que é importante de ser destacado sobre o nascimento do 8 de março é o contexto social, político e ideológico no qual ele surgiu, e é isso que nos propomos a discutir em seguida. (GONZÁLEZ, 2010, p. 47)

De acordo com Ana Isabel Álvarez González, o surgimento do Dia Internacional das Mulheres tem como base ideológica as teorias socialistas do século XIX, sobretudo os escritos de Marx e Engels, assim como August Bebel.

De fato, deve-se a Marx e a Engels o estabelecimento, pela primeira vez, da relação entre a revolução socialista, a libertação das mulheres e a luta pela igualdade de direitos, conceitos que se repetirão ao longo deste ensaio por serem os motivos que inspiraram, em suas origens, o nascimento do Dia Internacional da Mulher. O que as mulheres buscavam no socialismo era o reconhecimento e o respeito a seus direitos, bem como o instrumento que as conduziria, junto ao restante da humanidade, à sua libertação. E, precisamente, o reconhecimento de um desses direitos, o direito de voto, foi o que inspirou o Dia Internacional da Mulher. (González, 2010, p. 53)

---

<sup>13</sup> González refere-se ao incêndio ocorrido em 25 de março de 1911 que ceifou a vida de 123 mulheres e 13 homens.

O Dia das Mulheres é internacional em sua origem. Em março de 1857, centenas de mulheres que trabalhavam em fábricas têxteis em Nova York entraram em greve para protestar contra as péssimas condições de trabalho, jornadas de trabalho extenuantes, assim como para exigir melhor remuneração e o direito de voto. No último fim de semana de fevereiro de 1908, as mulheres voltaram a protestar em Nova York, pois suas reivindicações pouco haviam sido acatadas. Em 1909, as greves aumentaram e em 1910, na Conferência Internacional das Mulheres Socialista em Copenhague, o Partido Socialista da América sugeriu que o Dia das Mulheres se tornasse um feriado anual e internacional.

Tal comemoração chegou à Rússia no último domingo de fevereiro de 1913 juntamente com o movimento pela paz nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Já em 1917, a celebração tomou grandes proporções na Rússia por meio de uma imensa manifestação ocorrida no dia 8 de março de 1917 (dia 23 de fevereiro, segundo o antigo calendário Juliano): as mulheres saíram às ruas de Petrogrado para opor-se à miséria, à guerra e ao regime czarista, tal protesto começou um movimento de massa que resultou na Revolução Russa. Muitos anos depois o feriado continuou sendo celebrado predominantemente nos países comunistas como um dia para continuar a luta pela igualdade de direitos, sendo adotado pelas Nações Unidas apenas em 1975.

Para relembrar a ação das mulheres na história da Revolução Russa, o Dia Internacional das Mulheres passou a ser comemorado de forma unificada no dia 8 de março. A decisão de unificação da data foi tomada na Conferência de Mulheres Comunistas, coincidindo com o Congresso da Terceira Internacional, realizado em Moscou, em 1921. Parte dessa história, entretanto, ficou esquecida durante vários anos. (ROTENBERG, 2019, p. 2)

Alexandra Kollontai destaca-se dentre as revolucionárias responsáveis pela celebração do Dia Internacional das Mulheres, tendo persuadido Lênin a torná-lo um feriado oficial. Sobre o Dia Internacional das Mulheres, Kollontai (GONZÁLEZ, 2010, p.117) reflete que “esse devia ser um dia de solidariedade internacional na luta por objetivos comuns e um dia para revisar a força organizada das mulheres trabalhadoras sob a bandeira do socialismo”, para ela, o único caminho para a liberdade seria pelo comunismo, e por isso as mulheres deveriam trabalhar pela sua glória, como também afirma González:

O motivo que as mulheres tinham para trabalhar pelo triunfo do comunismo era que só poderiam ganhar sua liberdade através dele. Não por acaso, o governo soviético, após o triunfo da revolução de 1917, foi o primeiro em todo o mundo a abolir todas as leis que negavam a igualdade completa da mulher com o homem em todos os aspectos. Essas reformas não haviam sido realizadas nas repúblicas burguesas ocidentais, que se faziam chamar democráticas, apesar da existência de movimentos de libertação femininos. (GONZÁLEZ, 2010, p. 136)

Para falar sobre a História do trabalho fabril é imprescindível falar sobre os escritos marxistas, visto que Marx e Engels foram dois notáveis estudiosos sobre o tema, sendo o trabalho de Engels pioneiro na investigação das condições do trabalho fabril na Inglaterra no século XIX. Para tanto, no material paradidático foram indicados a leitura do livro “O Capital para Crianças” e o filme “O Jovem Karl Marx” como um complemento para o ensino do tema proposto no material paradidático, trazendo ainda a possibilidade de o aluno buscar conhecimento de forma autônoma.

Figura 14: Alexandra Kollontai e Clara Zetkin



Fonte: VIII Congresso da Internacional Socialista, Copenhague, 1910 via Wikimedia Commons.

Por fim, a partir das leituras levantadas, pode-se aferir que mesmo que a origem da comemoração do Dia Internacional das Mulheres associe-se ao incêndio

da fábrica têxtil Triangle Shirtwaist Company de 1911, e que o incêndio realmente tenha ocorrido, marcando o movimento do operariado estadunidense, o incêndio não foi responsável pela definição de um dia comemorativo de rememoração às lutas das mulheres por direitos. Embora a líder alemã Clara Zetkin em 1910, tenha sugerido um dia internacional dedicado à luta por direitos civis e políticos das mulheres sem sugerir uma data específica, conforme Simone Santos Oliveira e Lúcia Rotenberg,

(...) o que definiu essa data foram as manifestações das mulheres na Rússia, no dia 8 de março de 1917 (dia 23 de fevereiro, segundo o antigo calendário Juliano). A greve das operárias têxteis e a revolta das mulheres contra a escassez de alimentos foi o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia. (ROTEMBERG, 2019, p. 2)

Sendo assim, a origem do Dia Internacional das Mulheres está intrínseca às ideias socialistas, e foram tais ideias que inflamaram ainda mais as mulheres a reivindicar por direitos, e hoje tal data simboliza não apenas a luta histórica das mulheres por direitos civis e trabalhistas, mas também a necessidade de seguir lutando pela diminuição da desigualdade entre homens e mulheres.

### **3.2 O Dia Internacional das mulheres no pós-guerra aos dias atuais**

O período que se seguiu após a Segunda Guerra Mundial foi marcado pela constante tensão entre as duas potências que haviam se consolidado. De um lado o capitalista Estados Unidos e do outro a socialista União Soviética mantinham sob o seu controle outras nações, e para isso utilizaram de intensa propaganda ideológica, a fim de assegurar suas posições privilegiadas no cenário geopolítico.

Segundo a entrevista de Kristen Rogheh Ghodsee<sup>14</sup> concedida à revista Penn Today, os Estados Unidos, motivados pelo sentimento anticomunista, não queriam ser associados a nada que lembrasse a qualquer referência socialista. Por este motivo, o Dia do Trabalho, por exemplo, não é comemorado em 1º de maio como a maioria das outras nações. Deste modo, o Dia Internacional das Mulheres, por ter a

---

<sup>14</sup> Kristen Rogheh Ghodsee é uma etnógrafa americana e professora de Estudos Russos e do Leste Europeu na Universidade da Pensilvânia. Ela é conhecida principalmente por seu trabalho etnográfico sobre a Bulgária pós-comunista, além de ter contribuído para o campo dos estudos de gênero pós-socialistas.

sua origem nos movimentos trabalhistas e relação com os valores socialistas, deixou de ser comemorado:

Por que o Dia Internacional da Mulher é adotado nos Estados Unidos como o Dia das Mães?

Isso remonta a alguns dos principais sentimentos anti comunistas da Guerra Fria. Não queremos celebrar nada associado a um passado socialista. Temos um Dia do Trabalho, mas não comemorado em 1º de maio como agora em outras nações, pelo mesmo motivo. A deputada Maxine Waters, democrata da Califórnia, tentou introduzir uma legislação em 1994 para tornar o Dia Internacional da Mulher um feriado, mas nunca conseguiu sair do comitê.<sup>15</sup>

Conforme a citação acima, a deputada Maxine Waters, sem sucesso, em 1994 sugeriu uma legislação para tornar o Dia Internacional das Mulheres um feriado nos Estados Unidos. Percebe-se que mesmo após três décadas do fim da Guerra Fria, o país mantém-se conservador em relação a oficializar tal marco. Contudo, há poucos anos sua celebração voltou a ocorrer por meio dos incentivos empresariais, que viram nesta data mais uma oportunidade de lucrar com as causas das minorias, tais como o Orgulho Gay, como também afirma Ghodsee. Vale ressaltar os movimentos Black Money, Green Money e Pink Money, que exploram o poder de consumo de grupos minoritários, como o movimento negro, causas ambientais e movimento LGBTQIA+.

Denise Lynn, em “Women Crusade for Peace: Claudia Jones and the Cold War Peace Movement” afirma que após a Segunda Guerra Mundial, a paz tornou-se um princípio central da luta pela liberdade dos negros. Contudo, defendê-la poderia acarretar riscos, visto que a União Soviética foi uma grande defensora do movimento pela paz durante a Guerra Fria. O artigo de Lynn, como o nome sugere, é dedicado à luta da líder comunista Claudia Jones, que afirmava que a guerra e o armamento nuclear eram ferramentas capitalistas para limitar as lutas pela liberdade, conter populações não brancas e minar as liberdades das mulheres.

Para Jones, as mulheres negras e colonizadas eram, dentre todos, os mais oprimidos. Ela acreditava que as mulheres americanas deveriam defender a paz

---

<sup>15</sup> Original: Why isn't International Women's Day embraced in the United States like Mother's Day? It goes back to some major Cold War anti-communism sentiments. We don't want to celebrate anything associated with a socialist past. We have a Labor Day, but it's not celebrated on May 1 like most other nations, for the same reason. Rep. Maxine Waters, a Democrat from California, tried to introduce legislation in 1994 to make International Women's Day a holiday, but it never made it out of committee.

além das fronteiras nacionais para garantir sua própria independência, liberdade e igualdade, pois para libertar todos os trabalhadores e garantir uma aliança global, fazia-se necessário as mulheres tornarem-se líderes no movimento pela paz, pois a paz seria um pré-requisito necessário para minar o poder capitalista e alcançar todo o potencial de um estado socialista.

Ela defendeu a liderança das mulheres no movimento pela paz e defendeu um internacionalismo de gênero. Jones, ela mesma uma imigrante, acreditava que as mulheres americanas deveriam defender a paz além das fronteiras nacionais para garantir sua própria independência, liberdade e igualdade. Este era um imperativo particular para as mulheres negras e colonizadas, que, segundo Jones, eram os estratos mais oprimidos. Para libertar todos os trabalhadores e garantir uma aliança global, as mulheres tiveram que se tornar líderes no movimento pela paz. Ela via a paz como um pré-requisito necessário para minar o poder capitalista e alcançar todo o potencial de um estado socialista. (LYNN,2019, p. 67)<sup>16</sup>

Durante o período da Guerra Fria, diversos grupos e associações foram criminalizados e associados ao comunismo, entre eles destaca-se o Partido dos Panteras Negras, que lutava pelo combate da violência por parte do Estado, principalmente por parte dos policiais contra os negros. Com ideais socialistas, o grupo rapidamente ganhou popularidade e foi fortemente perseguido pelo FBI a fim de desmantelá-lo. Dentre os membros deste movimento, destaca-se Angela Davis: a intelectual socialista foi presa na década de 1970 acusada pelas suas ações políticas dentro do movimento Panteras Negras. Angela ressalta que, embora o movimento socialista tenha fortalecido o sufrágio feminino, infelizmente o movimento sufragista excluiu as mulheres negras. Contudo, as negras nunca deixaram de apoiar o movimento sufragista.

As mulheres da classe trabalhadora exigiram o direito ao sufrágio como uma arma para apoiá-las na luta de classe. Essa nova perspectiva no âmbito da campanha para a mulher sufragista deu testemunho da crescente influência do movimento socialista. Na verdade as mulheres socialistas trouxeram uma energia nova para o movimento sufragista e defenderam a visão de luta nascida das experiências de suas irmãs da classe trabalhadora. Nos oito milhões de mulheres na força de trabalho durante a primeira década do século XX, mais de dois milhões eram negras. Como mulheres que

---

<sup>16</sup> Original: She argued for women's leadership in the peace movement and advocated a gendered internationalism. Jones, an immigrant herself, believed that American women should advocate for peace beyond national boundaries to secure their own independence, freedom, and equality. This was a particular imperative for Black and colonized women, who, Jones argued, were the most oppressed strata. In order to free all working people and secure a global alliance, women had to become leaders in the peace movement. She saw peace as a necessary prerequisite to undermining capitalist power and reach the full potential of a socialist state. (LYNN, Denise, 2019, p.67)

sofreram a combinação da incapacidade do sexo, classe e raça, elas possuíam um poderoso argumento para o direito ao voto. Mas o racismo correu tão profundamente dentro do movimento do sufrágio feminino que as portas nunca se abriram realmente para as mulheres negras. (DAVIS, 2016, p. 121)

Segundo a Professora Marian Sawer, em um artigo publicado na revista *Australian Institute of International Affairs*, em março de 2017, nas décadas que se seguiram após o fim da Segunda Guerra Mundial, grupos de mulheres tentaram reviver o movimento do Dia Internacional das Mulheres por meio de passeatas e protestos, como foi o caso a União das Mulheres Australianas (UAW), em 1950, iniciada pelo Partido Comunista:

In 1950, the Union of Australian Women (UAW), initiated by the Communist Party but including non-communist left-wing women, attempted to revive IWD and became its custodian up until the 1970s. Street rallies were hard to organise in Australia, due to the attitude of state governments and local authorities. However, UAW sometimes engaged in peace walks with slogans printed on aprons or shopping bags. According to one participant, Alma Morton, people spat on them saying, "Get home. Look after your kids. Cook your husband's tea." (SAWER, 2017)<sup>17</sup>

Como percebe-se pela citação acima, tais protestos eram fortemente rechaçados pela população, que imbuída da conservadora ideia de que as mulheres deveriam limitar-se aos afazeres domésticos e trato familiar, proferiram insultos às manifestantes. A grande mudança veio mesmo com a adoção do Dia Internacional das Mulheres por parte da ONU:

IWD changed its character again in 1972, when big IWD street marches signalled the arrival of women's liberation in Australia. In the following years, women's liberation activists, women's electoral lobby activists and union women worked together on the organising committees; activities that took place on the day ranged from rallies and marches to street theatre and women's dances.

The next big political change took place when the United Nations officially adopted IWD in 1975. From then IWD was to become increasingly respectable and promoted by national governments as well as international development agencies. In Australia, Gough Whitlam became the first prime minister to address an IWD event, a large reception in Melbourne organised by UAW with federal funding. (SAWER, 2017)<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> SAWER, Marian. From Red to Purple, Green and White: Politics and International Women's Day. **Australian Institute of International Affairs**, 2017. Disponível em: <<https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/red-purple-green-white-international-womens-day/>>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

<sup>18</sup> IBIDEM

Em teoria, a oficialização por parte da ONU tem como objetivo lembrar as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres, independentemente das diferentes nacionalidades, etnias, diferenças econômicas, políticas, ou culturais, e para isso anualmente utilizam importantes temas a serem debatidos, como busca por oportunidades, combate à violência, igualdade de gênero sendo o do ano de 2021 “Mulheres na liderança: Alcançando um futuro igual em um mundo COVID-19”, mas na prática as melhoras na condição da vida das mulheres se arrastam, sendo a pandemia do COVID-19, um período onde notavelmente acentuou-se a violência contra meninas e mulheres, aumentando consideravelmente, sobretudo no ambiente doméstico. O ano de 2021 foi ainda marcado pelo retorno do talibã ao poder e a perda dos direitos até então adquiridos pelas afegãs.

### **3.3 A Capitalização E Subversão Do Dia Internacional Das Mulheres**

A data do 8 de março é celebrada em diversos países pelo mundo, onde comumente entregam flores e doces às mulheres tanto nos círculos sociais privados, quanto no ambiente profissional ou mesmo comércios. Exalta-se a feminilidade nesta data, elogiando características ao citar termos como determinação, perseverança, beleza, carinho, ou proferindo desejos de amor, harmonia, felicidade, e outros substantivos abstratos igualmente utilizados em aniversários, Natal e demais eventos sociais. Contudo, poucas pessoas sabem as origens socialistas do Dia Internacional das Mulheres e o seu significado.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 7)

O dia internacional das mulheres surgiu, de certo modo, por um esforço coletivo. Contudo, não apenas na mídia, mas também em outros espaços, a memória das origens do 8º de março vem sendo substituída no imaginário popular

para incentivar o consumismo e promover estereótipos de feminilidade nos atos simbólicos.

Então, como o significado do Dia Internacional das Mulheres foi dos direitos das mulheres às flores? A resposta para esta questão pode estar relacionada ao desejo de despolitizar o feriado.

Na seguinte citação, Annika Blau, em um artigo publicado na revista ABC em 2019 ironiza como uma feminista e revolucionária como Nadya Krupskaya reagiria às atuais comemorações do Dia Internacional das Mulheres, que nos meios corporativos apresentam-se totalmente diferentes de como eram um século atrás.

A stern looking woman in black shirt. Nadya Krupskaya, revolutionary, organiser and wife of Lenin. Nadya was a formidable organiser — as Trotsky recalled, "in her room, there was always a smell of burned paper from the secret letters she heated over the fire to read".  
What would Nadya think of the business brunches, the fun runs, the branded IWD-themed T-shirts, scarves and mugs now? In 2019, International Women's Day looks very different. Instead of striking for "peace and bread", women are more likely to gather for platitudes and breakfast. (BLAU, 2019<sup>19</sup>)

Na antiga URSS, o Dia Internacional das Mulheres foi declarado feriado em 8 de maio de 1965. O objetivo era comemorar as realizações e contribuições das mulheres soviéticas na construção da sociedade comunista, bem como na defesa da Pátria durante a “Grande Guerra Patriótica”<sup>20</sup>, com seu heroísmo e dedicação, não apenas no esforço de guerra, como propriamente em combate, onde demonstraram notório empenho e abnegação em prol da pátria, com ênfase, sobretudo, no esforço das mulheres pela paz.

Cartões e mensagens durante as comemorações do Dia Internacional das Mulheres pareciam como um pedido solene de agradecimento por todas as conquistas até então, sugerindo que as mulheres já haviam conquistado todos os direitos necessários, logo não seria mais preciso continuar lutando por mais, já que a ideia do feriado sugeria paz, não luta.

Após a queda da União Soviética, alguns países mantiveram o feriado, como a Armênia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Moldávia,

---

<sup>19</sup> BLAU, Annika. International Women's Day went from bloody revolution to corporate breakfasts. **ABC News**, 2019. Disponível em: < <https://www.abc.net.au/news/2019-03-08/international-womens-day-from-revolution-to-breakfast-cupcakes/10879932>>. Acesso em 20 de dez. de 2021

<sup>20</sup> Termo utilizado pelas nações que compunham a União Soviética para referir-se ao esforço de guerra empreendido entre os anos 1941 a 1945 contra a Alemanha nazista, durante a Segunda Guerra Mundial.

Turcomenistão, Uzbequistão, Ucrânia, Abkhazia ainda celebram o Dia Internacional das Mulheres em 8 de março. Já na Estônia e Lituânia, o dia 8 de março deixou de ser feriado, enquanto no Tajiquistão, 8 de março tornou-se o Dia das Mães. Havia nestes países o desejo de distanciar-se de suas origens, e a este feriado, cujas origens remetem tanto às lutas trabalhistas e sua importância socialista, caberia o esquecimento.

No Ocidente não foi muito diferente: a ONU - Organização das Nações Unidas - instituiu em 1975 o 8 de março como o Dia Internacional das Mulheres. Hoje, tal celebração ocorre em mais de 100 países. Dentre esses, a maioria seguiu os mesmos moldes empregados pelos antigos países soviéticos ao utilizar termos que remetem à paz, e presenteando-as com mimos e agrados. A data parece comemorar sua existência de modo a reforçar os papéis de gênero, que lhes concedem características de passividade, docilidade, ternura e valores ligados à família. Não há profundidade no porquê da data.

Desde a sugestão de Clara Zetkin, lá em 1910, para criar-se um dia para as mulheres como uma comemoração anual para que se conquistasse cada vez mais direitos e buscasse pela igualdade de gênero, passaram-se pouco mais de um século. Em muitos sentidos a vida das mulheres mudou, mas em outros, nem tanto. Se por um lado hoje as mulheres, em muitos países, conquistaram o direito ao voto, divórcio, ou diminuição da jornada de trabalho, por outro, dados mostram que continuam a receber menos que os homens ao exercerem a mesma função, bem como a dupla ou tripla jornada de trabalho continuam sendo a realidade da maioria. No imaginário popular, ainda, as mulheres continuam vinculadas à questão da reprodução e ao ambiente doméstico.

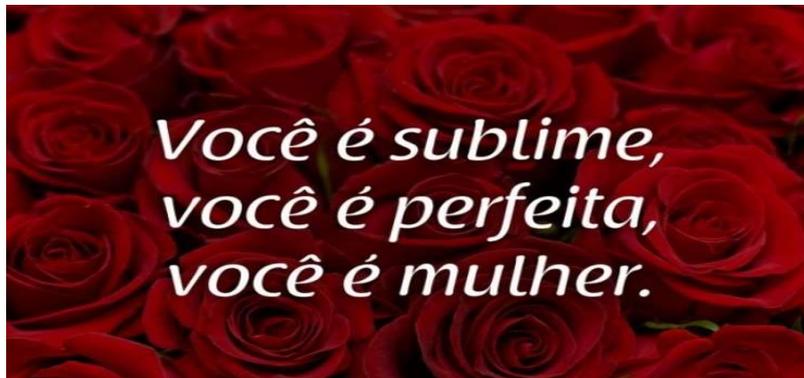
Blau aponta que, embora ainda haja grandes marchas no Dia Internacional das Mulheres, a mídia faz homenagens “amorosas às suas mulheres favoritas”, ou seja, totalmente oposto ao que a data se propõe. Ela menciona as dificuldades a que passam manifestantes, como agressões e assédios, muitas vezes causados ou ignorados pelos oficiais do Estado que deveriam protegê-las:

In the West, more than a century after suffragette Sylvia Pankhurst was arrested on her way to speak at IWD 1914, there are still marches in most cities but far more women take to social media than the streets, posting loving tributes to their favourite women. In the countries where many women feel most compelled to protest, they're often not able to. Tehrani police beat

hundreds who were planning to rally in 2007, only releasing some activists from jail after a 15-day hunger strike. In 2011, hundreds of Egyptian men harassed women who'd marched to Tahrir Square, while police and military watched. Meanwhile, in the West, the very conditions that make it possible to protest leave many feeling confident they don't need to. (BLAU, 2019)

Com o passar do tempo, muitas das conquistas dos trabalhadores, sobretudo das mulheres, deixaram de ser novidade e passaram a ser tratadas com naturalidade. Sem diálogo, grande parte da população não sabe a que duras penas tais direitos foram conquistados, e certos termos, como o “feminismo”, por exemplo, foram deturpados.

Figura 15: Peça publicitária em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres



Fonte: Agência Goiânia de Defesa Agropecuária, 2017<sup>21</sup>

Lamentavelmente o próprio Dia Internacional das Mulheres não se esquivou de tal ação do tempo. Tendo seu real sentido alterado, é por ironia que este, cujo berço advém do Partido Socialista, hoje é no mundo todo massivamente explorado em benefício capitalista. Tal movimento iniciou-se ainda no século XX, mas intensificou-se no século XXI, patrocinado por grandes corporações que promovem noções de igualdade e inclusão de mulheres no ambiente profissional.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.agrodefesa.go.gov.br/noticias/148-feliz-dia-internacional-da-mulher.html>> Acesso em 12 de mar. de 2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou revisar as pesquisas históricas produzidas sobre o trabalho feminino no contexto fabril nos séculos XIX e XX a fim de elaborar um material paradidático sobre o tema. O material em questão visa ser utilizado em sala de aula como um recurso suplementar na disciplina de História para o Ensino Fundamental, podendo ser utilizado nos 8º e 9º anos, e possivelmente no último ano do Ensino Médio. O objetivo desta dissertação foi revisar a produção historiográfica sobre o papel das mulheres na História do Trabalho, com foco no trabalho fabril para então produzir um material paradidático que aborde o início da história das mulheres no trabalho fora dos seus lares com a Revolução Industrial e então analisar como foi feito este material. A pesquisa pretendeu elucidar sobre a presença constante e massiva do trabalho feminino no ambiente fabril, contribuindo assim para a percepção e diminuição da desigualdade de gênero.

A princípio o paradidático contemplaria outros capítulos que abordassem a industrialização e operariado no Brasil, citando a caso da cidade de Novo Hamburgo por esta ser historicamente uma cidade industrial, assim como outro sobre a relação do Dia Internacional das Mulheres com as lutas operárias por direitos. Situações diversas, e a necessidade de cumprir os prazos impossibilitaram que tais capítulos fossem produzidos, porém se optou por manter os textos sobre eles neste trabalho. Os capítulos do paradidático seriam: As Mulheres e a Revolução Industrial; História do Trabalho no Brasil; Industrialização e Operariado no Brasil; Trabalhadores da Indústria em Novo Hamburgo; As Origens Operárias do Dia Internacional das Mulheres, e permanecem no informativo do sumário

No primeiro capítulo foram analisados os conceitos de material didático, com ênfase no material paradidático, explicando quais são suas características, a exemplo da utilização de linguagem e visual atrativos ao seu público alvo: os estudantes. Destaca-se, entre suas características, o fato de o paradidático aprofundar conteúdos ensinados em sala de aula, ampliando o conhecimento do conteúdo debatido em aula, servindo como material de apoio no ensino e aprendizado. Procurou-se apontar suas possibilidades de uso, em diferentes áreas do conhecimento, ressaltando o potencial de uso nas aulas de História. Em especial porque a história das mulheres ainda é um assunto pouco aprofundado, em geral deixado em segundo plano em sala de aula, até mesmo em função de outras

demandas curriculares. Os materiais paradidáticos, permitem abordar o tema de maneira pontual, trazendo informações que os materiais convencionais, por serem manuais gerais, nem sempre dão conta. Nesse caso, o material paradidático produzido a partir dessa pesquisa, oportuniza ao estudante ter contato com a história das mulheres, de uma perspectiva, onde elas são as protagonistas.

A pesquisa e elaboração do material paradidático mostram-se relevantes no ensino e aprendizado desta temática, sobretudo porque o trabalho industrial é a base da economia de Novo Hamburgo, sendo assim, muitas famílias dos estudantes estão envolvidas direta ou indiretamente no trabalho fabril. Famílias que muitas vezes têm mulheres como principais provedoras do lar. Logo conhecer a História do Trabalho, como é e tem se alterado a realidade trabalhista das mulheres, é de suma importância na formação dos alunos, pois a produção do material apresentado neste trabalho possibilita que eles identifiquem sua própria História.

O segundo capítulo focou em resgatar a História do trabalho no Brasil apontando as diferenças de gênero desde o período anterior à colonização portuguesa quando as diferenças laborais entre homens e mulheres eram mínimas, pois ainda que o foco da pesquisa seja o trabalho fabril, considera-se relevante conhecer o panorama geral da História do trabalho no Brasil. Deste modo, tal capítulo abordou o trabalho realizado pelos indígenas e negros escravizados da chegada dos europeus ao Brasil em 1500 à abolição da escravatura, bem como o impacto da chegada dos imigrantes nos séculos XIX e início do século XX e algumas das dificuldades vividas pelos trabalhadores negros no período pós abolição. Também foi abordada a importância do trabalho fabril para a cidade de Novo Hamburgo e as dificuldades que ainda hoje passam os trabalhadores.

Como material paradidático foi produzido a fim de ser usufruído por estudantes brasileiros, sobretudo novo-hamburguenses, abordar o histórico do trabalho no Brasil, o processo de industrialização no Brasil e no mundo, e como a desigualdade de gênero ficou ainda mais evidente a partir da inserção das mulheres no trabalho nas fábricas a partir da Revolução Industrial, fato ocorrido não apenas no contexto da industrialização europeia, mas também na brasileira, com marcantes exemplos na História da cidade de Novo Hamburgo. O descontentamento diante de tal desigualdade culminou em protestos que deram origem ao Dia Internacional das Mulheres, que foi um movimento que buscou direitos civis, políticos e trabalhistas e a data ficou como um marco de memória para comemorar os direitos conquistados e

buscar outros tantos em busca da Igualdade de Gênero. Os assuntos pesquisados nesta dissertação. Estes temas, mesmo que possam parecer distintos, como descrito acima, interligam-se entre si para contar a História das Mulheres no Trabalho, conectando grandes narrativas históricas, como a revolução industrial com a história da industrialização de Novo Hamburgo, cidade onde leciono.

Ainda que o trabalho indígena e dos negros escravizados a partir da chegada dos europeus ao Brasil no século XV sejam abordados, o recorte temporal utilizado focam nos séculos XIX e XX, a fim de possibilitar ao estudante a compreensão sobre o que foi a Revolução Industrial e os processos de luta dos trabalhadores, sobretudo as mulheres ao longo da história, tais como a importância da mão de obra feminina na revolução industrial no hemisfério norte, e também as peculiaridades do contexto brasileiro, cujas influências escravistas e imigratórias a distanciam da industrialização europeia. Não obstante, por tratar-se de um assunto complementar ao ensino da História do Trabalho Fabril, o terceiro capítulo buscou resgatar o histórico do surgimento do Dia Internacional das Mulheres, cujos principais motivos estão no contexto social vivido naquele momento e o capítulo procurou resgatar a influência trabalhista na criação desta data de rememoração, que por sua origem socialista e também por todo o contexto de disputas políticas vividas no mundo durante o século XX, como a questão da Guerra Fria, sofreu um processo de ressignificação. Explorou-se também a forma como atualmente o Dia Internacional das Mulheres é percebido, tendo seu significado inicial de valorizar as conquistas de direitos e luta pela contínua diminuição da desigualdade de gênero esquecidas em favor da comercialização da data.

Por diversas razões, ainda que inicialmente a intenção fosse abordar outros assuntos tratados nesta dissertação, o material paradidático produzido aborda a Revolução Industrial e o papel das mulheres na Revolução Industrial. No entanto é importante ressaltar que o presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema tratado; pelo contrário, espera-se que ele contribua no sentido de ampliar as possibilidades de pesquisa relativas não apenas à produção de materiais paradidáticos, mas sobretudo na pesquisa e ensino de uma História do Trabalho Fabril no Brasil e no mundo, onde as mulheres não sejam apagadas ou relegadas a segundo plano. Tampouco procurou-se reescrever a história, mas sim contextualizar a relevância da mão de obra feminina no trabalho fabril, priorizando a perspectiva da história das mulheres.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Alves de. Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis. **Revista História Hoje**, vol. 7, nº 13. 2018.

APÓS dizer que era fake news, rede de farmácias do RS confirma que áudio discriminatório é de funcionária. **Jornal NH** (Da Redação), Novo Hamburgo, 22 de out. de 2021. Disponível em: <[https://www.jornalnh.com.br/noticias/rio\\_grande\\_do\\_sul/2021/10/22/apos-dizer-que-era-fake-news-rede-de-farmacias-do-rs-confirma-que-audio-discriminatorio-e-de-funcionaria.htm](https://www.jornalnh.com.br/noticias/rio_grande_do_sul/2021/10/22/apos-dizer-que-era-fake-news-rede-de-farmacias-do-rs-confirma-que-audio-discriminatorio-e-de-funcionaria.htm)>. Acesso em 07 de nov. de 2021.

BITTAR, Paula. Violência contra as mulheres nas ruas cai durante a pandemia, mas aumenta dentro de casa. **Câmara dos Deputados**, 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/797543-violencia-contra-as-mulheres-nas-ruas-cai-durante-a-pandemia-mas-aumenta-dentro-de-casa/>>. Acesso em 21 de ago. de 2021.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BLAU, Annika. International Women's Day went from bloody revolution to corporate breakfasts. **ABC News**, 2019. Disponível em: <<https://www.abc.net.au/news/2019-03-08/international-womens-day-from-revolution-to-breakfast-cupcakes/10879932>>. Acesso em 20 de dez. de 2021.

BOTTINI, Lúcia Mamus; BATISTA, Roberto Leme. **O Trabalho da Mulher Durante a Revolução Industrial Inglesa (1780 A 1850)**. Cadernos PDE, Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2013. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_fafipa\\_hist\\_pdp\\_lucia\\_mamus\\_bottini.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_hist_pdp_lucia_mamus_bottini.pdf)> Acesso em 30 de jan. de 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. 2ª edição. São Paulo. Ática. 2003

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Escrita da História: Novas Perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

CANDIDO, M. P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em benguela durante a era do comércio transatlântico. **Afro-ásia**, Salvador, v. 47. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/afro/a/Y9gzvRBrhkpTWNptDgcCJVL/abstract/?format=html&lang=pt>>. Acesso em 21 de jun. de 2021.

CASOS de violência doméstica dobram durante a pandemia. **Isto É Dinheiro**, 2021. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/casos-de-violencia-domestica-dobram-durante-a-pandemia/>>. Acesso em 10 de abr. de 2021.

CELESTINO, Gabriela S. Livros didáticos e paradidáticos no ensino de história de Santa Catarina: resgate histórico do PNLD e análise dos livros regionais indicados para 2013. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v.7 n.1, p.51-60, jun. 2013. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/564>> Acesso em 10 de fev. de 2022.

CHAMBOULEYRON, Rafael. El manto del Orden: el plan evangelizador del P. Manuel da Nóbrega. In: MARZALI, Manuel M.; TUA, Sandra Negro. **Un reino en la frontera: las misiones jesuitas en la América colonial.** Lima: PUCP, 2000. 504 p.

CHAPARINI, Matheus. Sindicato dos sapateiros vai ao MPT após funcionária de fábrica urinar nas calças. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 29 de jun. de 2021. Disponível em: <[https://www.jornalnh.com.br/noticias/novo\\_hamburgo/2021/06/29/sindicato-dos-sapateiros-vai-ao-mpt-apos-funcionaria-de-fabrica-urinar-nas-calcas.html#:~:text=Jovem%20de%2019%20anos%20foi,protestam%2C%20nesta%20segunda%2C%20contra%20restri%C3%A7%C3%B5es&text=Uma%20privada%20colocada%20na%20porta,de%20cal%C3%A7ados%20de%20Novo%20Hamburgo](https://www.jornalnh.com.br/noticias/novo_hamburgo/2021/06/29/sindicato-dos-sapateiros-vai-ao-mpt-apos-funcionaria-de-fabrica-urinar-nas-calcas.html#:~:text=Jovem%20de%2019%20anos%20foi,protestam%2C%20nesta%20segunda%2C%20contra%20restri%C3%A7%C3%B5es&text=Uma%20privada%20colocada%20na%20porta,de%20cal%C3%A7ados%20de%20Novo%20Hamburgo)> Acesso em 20 de fev. de 2022.

DARMANGEAT, Christophe. **A Opressão das Mulheres no passado e no presente - para acabar no futuro! Uma perspectiva marxista.** Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2017.

DAVENPORT, Frances Gardiner. **European Treaties Bearing on the History of the**

**United States and Its Dependencies to 1648.** Clark: The Lawbook Exchange, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça & Classe.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DESLANDES, S. F.; HASSELMANN, M. H.; MARQUES, E. S.; MORAES, C. L. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, abr. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/>>. Acesso em 25 de jun. de 2021.

DIFERENÇA cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. **IBGE**, 2019. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens.html>>. Acesso em 16 de jun. de 2021.

DIA internacional da mulher. **String Fixer.** Disponível em: <[https://stringfixer.com/pt/International\\_Women%27s\\_Day](https://stringfixer.com/pt/International_Women%27s_Day)>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

DIAS, Isabella Cristina Galvan. **O uso de Cartilha como Ferramenta para Promover a Educação Ambiental no Ensino de Ciências.** Dois Vizinhos: UTFPR, 2018.

DUARTE, Leila. **Pão e Liberdade: Uma História de Padeiros Escravos e Livres na Virada do Século XIX.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente.** Vol. 4. O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

\_\_\_\_\_. **História das Mulheres no Ocidente.** Vol. 5. O Século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1984.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Interior da fábrica de sapatos Grande Gala**: Nova Hamburgo (RS). S. I: S. e, 1959. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=423838>>. Acesso em 21 de jun. de 2021.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Produção de material didático para o ensino de História**: uma experiência de formação. Revista Diário Educacional. Curitiba, v.11, n.34: UFPR, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/4522/4456>> . Acesso em 22 de maio de 2021.

GONÇALVES, Paulo César. **Escravos e imigrantes são o que importam**: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. Artigo Assis: 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/158051/S2236-46332017000300307.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 05 de mar. de 2022.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Expresso Popular, 2010.

GROOT, Kristen de. The history behind International Women’s Day. **Penn Today**, 2020. Disponível em: <<https://penntoday.upenn.edu/news/history-behind-international-womens-day>>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

KOLLONTAI, Alexandra. In: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Expresso Popular, 2010.

JOHANN, Jorge Renato. **Educação e Ética**: em busca de uma aproximação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

LYNN, Denise. Women Crusade for Peace: Claudia Jones and the Cold War Peace Movement. **Journal of Intersectionality**, Londres, v. 3, n. 1, p. 67 – 81, jul. 2019. Disponível em: <<https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.13169/jinte.3.1.0067>>. Acesso em 20 de dez. de 2021.

MARA, Eduardo; SILVA, Túlio Batista da. A Segunda Abolição: notas sobre raça e classe na formação social brasileira. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 14, p. 01 – 19. 2021. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/download/15314/10687>>. Acesso em 10 de jan. de 2022.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Trabalho: Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. **Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo**: Editora Contexto, 2018.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbetes paradigmáticos**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/paradidaticos/>>. Acesso em 28 de jun. de 2021.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradigmáticos**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: PUCSP, 1997.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. **Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo**: Editora Contexto, 2018.

OLIVEIRA, Simone Santos; ROTEMBERG, Lúcia. 8 de março - Dia Internacional das Mulheres. **Laboreal**, Porto, v.15, n.1, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.pt/pdf/lab/v15n1/v15n1a13.pdf>> Acesso em 11 de jan de 2022.

PAULO, Paula Paiva. Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. **G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em 10 de jun. de 2021.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril: Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1981.

PEREIRA, Nilton Mullet. **Ensino De História, Dever De Memória E Os Temas Sensíveis Educação, Linguagem E Memória**. Florianópolis: II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/seminarioECPE/article/view/3955/3709>> Acesso em 10

de fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis.** Revista História Hoje, vol. 7, n. 13, 2018.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros.** São Paulo: Paz & Terra, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2018.

PINSKY, Jaime; NADAI, Elza; MICELI, Paulo; BITTENCOURT, Circe; DAVIES, Nicholas. **O Ensino de História e a criação do fato.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

RANGEL, E. O. **Material adequado, escolha qualificada, uso crítico.** In: CARVALHO, M. A. F.; MENDONÇA, R. H.(orgs.). Práticas de leitura e escrita. Glossário Ceale. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação a Distância, 2006.

RODRIGUES, Rosicler Martins. **Paradidático e Educação: Uma Conversa Informal.** São Paulo, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. **Do Arsenal ao Industrial: A Exploração da Mulher.** São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SAWER, Marian. From Red to Purple, Green and White: Politics and International Women's Day. **Australian Institute of International Affairs**, 2017. Disponível em: <<https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/red-purple-green-white-international-womens-day/>>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

SCHEER, Micaele Irene, **Experiências De Trabalhadoras E Trabalhadores Do Calçado Durante A Ditadura: Resistências Cotidianas, Lutas Por Direitos E Protestos Públicos Em Novo Hamburgo/Rs (1968-1979)**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2020.

SCHEMES, Claudia. As exposições industriais em Novo Hamburgo e sua relação com a constituição da cidade e seus valores. **Estudios Historicos**, Uruguai, v. 10, n.19. 2018. Disponível em: <<https://estudioshistoricos.org/19/eh1909.pdf>>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

SCHNEIDER, Graziela (Org.). **A Revolução das Mulheres: Emancipação feminina na Rússia Soviética - Artigos, Atas, Panfletos e Ensaios**. São Paulo: Boitempo, 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 216.

\_\_\_\_\_. **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 – 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Pessoas Comuns, Histórias Incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense**. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 3, n. 4. jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/63936>>. Acesso em 12 de jan. de 2021.

\_\_\_\_\_. Ana Beatriz Accorsi. **Os Paradidáticos no Ensino de História: “A Panaceia de todos os Problemas”?** Londrina: UEL, 2015.

WANDERLEY, Andrea C. T. A cidade de São Paulo e Tebas (1721 – 1811), reconhecido como arquiteto, em 2018, mais de 100 anos após sua morte. **Brasiliana Fotografica**, 2021. Disponível em: <<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag>

=trabalho-escravo>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

WOOLF, Virginia. **Profissões para Mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2012.

DICAS DE SAÚDE MENTAL - **GESM: A Violência Doméstica Em Tempos De Pandemia**. Distrito Federal, 2020. Disponível em: <<https://www.sejus.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/violencia-domestica-em-tempos-de-pandemia.pdf>>  
Acesso em 18 de dez. de 2021.

## APÊNDICE - MATERIAL DIDÁTICO

2022

# CHÃO DE FÁBRICA

Material Didático sobre o “Trabalho Feminino e a Revolução Industrial” (Séc. XIX e XX)



*Fábrica de sapatos Grande Gala, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 1959 (Acervo Memória IBGE)*



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**DÉBORA DE QUADROS RODRIGUES**

## Sumário

A Revolução Industrial.....	02
História do Trabalho no Brasil.....	00
Industrialização e Operariado no Brasil.....	00
Trabalhadores da Indústria em Novo Hamburgo.....	00
As Origens Operárias do Dia Internacional das Mulheres.....	00

# A Revolução Industrial

Por volta do séc. XVIII, com o surgimento das primeiras fábricas modernas na Europa, foi desencadeado um grande processo chamado **Revolução Industrial**. Esse período foi marcado pelo grande desenvolvimento tecnológico, invenção de máquinas a vapor e construção de estradas de ferro, trazendo mudanças profundas na forma com que a sociedade e a vida das pessoas se organizavam.

---

Mas, você deve estar pensando...afinal, quais foram essas mudanças e quem foram as pessoas que as provocaram, e nas quais viveram e lutaram?

---

**A**ntes do desenvolvimento das fábricas, ocorrido entre o final do século XVIII e início do século XIX, a classe trabalhadora menos abastada na Inglaterra costumava se dedicar a outros tipos de atividades, como agricultura, pesca, confecções, que geralmente eram utilizadas para o próprio consumo ou de sua comunidade. Elas viviam, em sua grande parte, no campo, em uma época em que não existia energia elétrica ou formas de transporte

rápido como trens, ônibus ou aviões. A disponibilidade de alimentos e produtos no geral dependia de muito trabalho, que acontecia do raiar do sol ao anoitecer. Normalmente esses trabalhadores e trabalhadoras eram donos de seu tempo e seus instrumentos de trabalho, organizando suas rotinas da forma que fosse mais conveniente para si. Mas isso mudou, e os impactos chegaram a outras partes do mundo, modificando as estruturas do sistema econômico mundial, moldando-o para o que ele é hoje.



Mulheres trabalhando em uma fábrica de sapatos, Lynn, Massachusetts, 1895. Fotógrafo: Frances Benjamin Johnston, 1864-1952. Biblioteca do Congresso Norte Americano via Wikimedia Commons.

Na Europa, a partir do séc. XVI, com a expansão comercial e urbana, os comerciantes começaram a ganhar maior visibilidade. Vendiam produtos que não eram produzidos por eles, mas sim comprados de outras pessoas que faziam trabalhos artesanais. Assim, os comerciantes constataram que poderiam aumentar seu lucro caso conseguissem controlar não só o tempo, mas o ritmo de trabalho desses artesãos. Dessa forma, com algum investimento, reuniram esses profissionais em um mesmo espaço, denominado fábrica. Os donos das fábricas escolhiam qual produto seria produzido, incluindo todo o seu processo de produção, como seria feito, a quantidade e o tamanho, assumindo, assim, o controle do processo produtivo que anteriormente era planejado e executado pelo artesão. Esse sistema ficou conhecido como manufatura.

Para que a produtividade das fábricas fosse ainda maior, estabeleceram a divisão do trabalho, onde cada pessoa era responsável por apenas uma parte do que era produzido, o que dispensava conhecer todo o processo do início ao fim.

Observe as imagens a seguir:



Mulheres trabalhando na Royal Ordnance Factory em Fazakerley, Liverpool, em 1943. Imperial War Museums, Reino Unido via Wikimedia Commons.



Meninas operando máquinas de urdidura na fábrica Loray, Carolina do Norte, 1908. Fotografia de Lewis Wickes Hine, Biblioteca do Congresso Norte Americano.

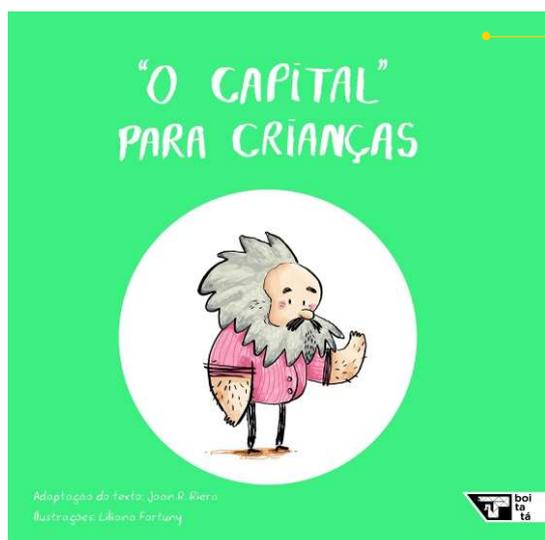
Agora responda:  
 Quem eram os trabalhadores?  
 Quais características apontadas no texto são observadas nas imagens?

Conforme a produção acontecia, como forma de gerar uma maior quantidade de produtos possível, foram construídas máquinas que viabilizaram que uma única pessoa fosse capaz de produzir mais do que várias pessoas juntas, originando as maquinofaturas industriais, onde os trabalhadores (operários) participavam da produção somente com a sua força de trabalho, onde o controle e os meios de produção como maquinário, instalações e lugares permaneciam com os donos das fábricas, pois eram muito caros e um indivíduo comum dificilmente poderia obtê-los. Os donos das fábricas pertenciam à classe burguesa ou capitalista. Essa classe era composta por pessoas que eram donas de fábricas, comércios e bancos.

Os burgueses detinham o **capital**, palavra que representa financiadores e pessoas que possuíam bens que pudessem ser empregados na produção, como dinheiro, máquinas, fábricas e matérias-primas. A palavra **burguesia**, em seu sentido mais amplo, denominava os habitantes dos burgos, que nada mais eram os centros urbanos da Idade Média, onde se concentrava o artesanato e o comércio.

Com o surgimento e expansão das fábricas, grande parte desses artesãos se transformaram em operários, deixando de serem donos do seu tempo, produto e meios de produção para se tornarem empregados. Em conjunto com os camponeses que migraram do campo para os centros urbanos, eles se constituíram como um novo grupo social, denominado como **classe operária**.

Essas ideias foram organizadas pelo pensador Karl Marx no século XIX.



O Capital para crianças, Joan R. Riera. Tradução de Thaisa Burani e ilustração de Liliana Fortuny. Editora Boitempo, 2018.

### Sugestão de leitura:

O Capital, de Karl Marx; e sua versão infantil elaborada por Joan R. Riera intitulada O Capital para Crianças.

### Sugestão de filme:

O Jovem Karl Marx, que mostra as dificuldades vividas por Marx e sua família, o contexto social vivido no século XIX e os problemas da classe operária.



Poster do filme "O Jovem Karl Marx", do diretor haitiano Raoul Peck, 2017. Imagem via Adoro Cinema.

A riqueza da burguesia tornava-se cada vez maior, pois crescia às custas da exploração de outros grupos sociais, produzindo uma grande quantidade de trabalhadores miseráveis.

Existiam muitas adversidades no meio rural, fazendo com que os habitantes desses locais fossem atraídos para o trabalho nas fábricas, assim, houve um grande processo de migração de camponeses e pequenos artesãos para as cidades, tornando-as muito populosas. Em termos de organização dos espaços urbanos, os burgueses moravam em bons bairros e casas, enquanto o operariado residia em bairros pobres, repletos de cortiços e poluição que vinha das fábricas.

As condições de trabalho também eram um agravante no que dizia respeito à péssima qualidade de vida dos operários, como jornadas exaustivas de 14 a 18 horas diárias, em condições precárias de higiene e segurança, além da remuneração baixa.

### Relato 1:

“Eu tenho conhecimento de mais acidentes no início do dia do que no final. Eu fui, inclusive, testemunha de um deles. Uma criança estava trabalhando a lã, isto é, preparando a lã para a máquina, mas a alça a prendeu, como ela foi pega de surpresa, acabou sendo levada para dentro do mecanismo; e nós encontramos seus membros em um lugar, outro acolá, e ela foi cortada em pedaços; todo o seu corpo foi mandado para dentro e foi totalmente mutilado”.

(John Allett começou a trabalhar em uma fábrica de têxteis quando tinha quatorze anos. Allett tinha cinquenta e três anos quando foi entrevistado por Michael Sadler e seu Comitê da Câmara dos Comuns, em 21 de maio de 1832.)



O caminho para Wigan Pier, George Orwell, 1936. Tradução: Isa Mara Lando. Editora Companhia das Letras, 2010.

### Relato 2:

“Os primeiros dias de setembro foram muito quentes. Os jornais noticiavam que homens e cavalos caíam mortos nos campos de produção agrícola. Ainda assim, a temperatura nunca passava de durante a parte mais quente do dia. Qual era então a situação das pobres crianças que estavam condenadas a trabalhar quatorze horas por dia, em uma temperatura média de Pode algum homem, com um coração em seu peito e uma língua em sua boca, não se habilitar a amaldiçoar um sistema que produz tamanha escravidão e crueldade?”

(William Cobbett fez um artigo sobre uma visita a uma fábrica de tecidos que aconteceu em setembro de 1824).

### Sugestão de leitura:

O Caminho para Wigan Pier, de George Orwell

# O Papel da Mulher na Revolução Industrial



THE MATCH-MAKERS AT THE EAST-END

Mulheres trabalhando em uma fábrica de fósforos em Londres em 1871. Hugo Rydén, Gunnar Stenhag, Dick Widing: *Litteraturen genom tiderna. Kortfattad litteraturhistoria för gymnasieskolan* (Literatura através dos tempos. Breve história literária para o ensino médio). Estocolmo, 1982. Via Wikimedia Commons.

**C**om a exploração da força de trabalho, os homens, que até então eram os principais provedores dos lares, já não conseguiam garantir condições suficientes para a subsistência das famílias, que, por muitas vezes, eram numerosas e com grande quantidade de crianças. Com isso, muitas mulheres que até então eram responsáveis pelo trabalho doméstico e pela criação dos filhos foram obrigadas a participar ainda

mais para garantir a sobrevivência familiar.

Muitas delas adentraram nas fábricas fazendo com que a presença das mulheres fosse frequente no mercado fabril. Com isso, a vida das mulheres sofreu uma grande mudança, e como ainda faziam todo o trabalho doméstico, houve o aumento das jornadas de trabalho, além, claro, da participação financeira nos lares.



Cottage Industry, 1791 (gravura), William Hincks. Biblioteca Britânica, Londres, Reino Unido. Via Bridgeman Images.

## RESPONDA:

Como era a vida nas fábricas no período da revolução industrial?  
Quem eram as pessoas que trabalhavam nas fábricas no período?

A fábrica não era o único local onde sua força de trabalho era explorada. Por mais que assumissem o papel de operárias, com suas atividades fora do lar pela maior parte do tempo, os serviços domésticos ainda recaíam sobre si, como cuidar dos filhos, preparar os alimentos e conservar as casas, fazendo-as assumirem uma dupla jornada.

Importante também destacar que não só as mulheres, mas também as crianças trabalhavam nesses locais, e que suas remunerações eram muito inferiores às pagas aos homens.



Ilustração de Gustave Doré para o livro *London: a pilgrimage* (Londres: uma peregrinação), 187. William Blanchard Jerrold, Gustave Doré, via British Library.

## • Para refletir...

Revolução para quem, afinal?

Compare a situação das trabalhadoras das fábricas citadas no texto com as que você conhece. Quais semelhanças e diferenças você aponta?

Como funcionava a dinâmica do trabalho feminino nesta época?

Atualmente as mulheres são parte da força de trabalho nas fábricas e em outros segmentos?

Cite exemplos.

Você conhece alguém que trabalhe para alguma indústria?

Se sim, essa(s) pessoa(s) possuem algum vínculo empregatício?